

Coleção Histórias de Sergipe



GINASIANOS DO INDUSTRIAL: O ARQUIVO ESCOLAR REVELA O SEGREDO DO SUCESSO

Valter Euda dos Santos

GINASIANOS DO INDUSTRIAL: O ARQUIVO ESCOLAR REVELA O SEGREDO DO SUCESSO

VALTER EUDA DOS SANTOS



Editora
SEDUC

SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE
E DA CULTURA



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE

Belivaldo Chagas Silva

Coordenador do Programa Editorial da SEDUC

Sidiney Menezes Gerônimo

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DE SERGIPE

Eliane Aquino Custódio

Assessor Administrativo do Programa

Editorial da SEDUC: Jonas José de Matos Neto

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA

Josué Modesto dos Passos Subrinho

Membros do Conselho Editorial:

Josué Modesto dos Passos Subrinho (Presidente), Sidiney Menezes Gerônimo (Coordenador), Simone Paixão Rodrigues, Rosemeire Marcedo Costa, Eliana Midori Sussuchi, Débora Evangelista Reis Oliveira, Roberto Jerônimo dos Santos Silva, Aglaé D'Ávila Fontes.

SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DE EDUCAÇÃO

José Ricardo de Santana

SUPERINTENDENTE ESPECIAL DE ESPORTE

Mariana Dantas Mendonça Gois

Ginasianos do Industrial: o arquivo escolar revela o segredo do sucesso

Capa: Evaldo Filho

Diagramação: Evaldo Filho

Foto da capa: https://pt-br.facebook.com/pg/historiadesimaodias/photos/?tab=album&album_id=182657431771130

Editora SEDUC – 2021

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Santos, Valter Euda dos

S237g Ginásianos do Industrial: o arquivo escolar revela o segredo do sucesso / Valter Euda dos Santos. – Aracaju : Editora SEDUC, 2021.
105 f. : il. color – (Coleção História de Sergipe)

ISBN 978-65-5371-057-3

1. Arquivo Escolar. 2. Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto - Simão Dias/SE. 3. Memória Social. 4. Preservação de documentos. I. Santos, Valter Euda dos. II. Título.

CDU: 027.8

Ficha elaborada pela bibliotecária Ma. Isis Carolina Garcia Bispo – CRB-2037



Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC
Rua Gutemberg Chagas, 169, DIA Inácio Barbosa, Aracaju - SE | CEP: 49040-780

O Programa Editorial da SEDUC

O Programa Editorial da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC/SE apresenta à sociedade os livros produzidos por estudantes, professores(as), profissionais de gestão e pesquisadores(as) em geral, envolvidos(as) com as redes públicas estadual e municipais da educação sergipana. O lançamento dessas obras sinaliza para a concretização de metas estabelecidas no **Plano de Governo Pra Sergipe Avançar (2019-2022)**, cuja execução contou com a participação do Conselho Editorial da SEDUC, de representantes das comunidades escolares e das academias de letras locais. O resultado dessa construção coletiva está materializado nas **Coleções de livros** do Programa Editorial da SEDUC.

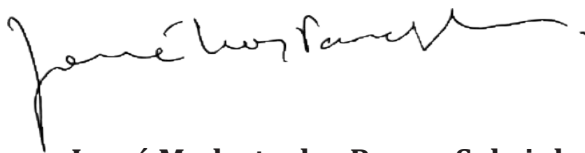
A magia de escrever e desenhar é a coleção que cultiva o jardim das primeiras letras, cuidando carinhosamente do processo de alfabetização. A coleção **Estudante escritor(a)** cuida de cada palavra como flor do processo de letramento, que evolui junto com nossos(as) estudantes dos ensinos fundamental e médio

Já a coleção **Palavra de Educador(a)** transforma dissertações e teses em livros científicos, bem como publica as aventuras docentes pelo universo literário. A coleção **Saberes em gestão educacional**, por sua vez, abriga a produção dos(as) profissionais de gestão que atuam nas estruturas administrativas da SEDUC e das Secretarias Municipais de Educação.

Histórias de Sergipe é o nome da coleção responsável pela preservação da memória sergipana, ao passo que a coleção **Para-**

didáticos sergipanos gesta material de apoio didático para todos os componentes curriculares da educação básica. Por fim, a coleção **Autores(as) da inclusão** abraça as criações de estudantes com deficiência no âmbito da educação pública do nosso Estado.

Espera-se que, a cada ano letivo, um novo empreendimento editorial seja divulgado, a fim de que as comunidades escolares possam desenvolver uma cultura escolar do hábito da leitura e da produção da escrita.



Josué Modesto dos Passos Subrinho
Secretário de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Sergipe, uma instituição pública, gratuita, de qualidade e inclusiva, cujos egressos comprovam a extrema importância do acesso à educação superior, independente do poder aquisitivo de seus acadêmicos.

À comunidade escolar de Simão Dias, que foi, é e será uma das razões de meu fazer profissional e minha existência, como professor, educador, pesquisador e servidor público.

Aos servidores do Centro de Excelência Dr. Milton Dortas que, nestes dez anos do meu exercício profissional, contribuíram para o engrandecimento do “fazer educação”.

Aos meus familiares, meu porto seguro e importante farol referencial

Aos meus amigos, que me incentivaram a navegar pela vida, em busca de novas conquistas.

PREFÁCIO

ARQUIVO ESCOLAR: UM VALIOSO DISPOSITIVO DE MEMÓRIA SOCIAL.

Temos acompanhado os recentes debates, acerca dos arquivos públicos. Fica claro que os dirigentes estão discutindo a respeito da conservação de uma massa disforme de documentos, cujos conteúdos não interessam a ninguém, conservados com recursos que poderiam ser melhor empregados. Porém, como é típico de nosso país, a verdade é outra: os arquivos públicos estão abandonados, sem conservação, e suas informações são importantes, talvez vitais, à administração pública.

Os arquivos são o registro da relação entre o cidadão, o poder público e as entidades privadas, são um verdadeiro dispositivo de memória social. Tudo o que é registrado, sempre protege os direitos das partes interessadas, principalmente as mais frágeis. Do mesmo modo, o descaso, a falta de acesso, o impedimento à publicação e a destruição de arquivos são formas de exercício do poder, que mantêm pouca relação com a eficiência administrativa.

Valter Euda dos Santos lança um olhar interrogativo aos documentos do antigo Ginásio Industrial, no qual seus alunos obtiveram uma educação de qualidade, que lhes deu autonomia e representatividade social. Seriam eles uma exceção à regra? O que realmente ocorreu em nível social, como efeito dessa educação? Este é o tesouro que o Arquivo Escolar do Ginásio Industrial guardava.

Seu exame minucioso demonstrou, com indicadores, isto é, números que os tecnocratas tanto cobram dos teóricos da educação universal, que grandes talentos estão distribuídos na humanidade. A educação de

qualidade, em seus níveis mais básicos, pode criar oportunidades que são importantes para todo o corpo social, independente de poder aquisitivo.

Tive a honra de orientar esse trabalho de sistematização e descoberta. A gestão da informação documental nos trouxe evidências de que não é perdido o recurso investido na Educação. Sempre que algum dirigente assim o disser, provavelmente está querendo privilegiar alguma estrutura escusa de poder.

Ao produzir esse emocionante relato, com base científica em sua tripla formação, em História, Biblioteconomia e Documentação, o autor dessa obra contribuiu para o debate mais importante do Brasil nesse momento.

Profa. Dra. Valéria Aparecida Bari
Docente Pesquisadora da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

APRESENTAÇÃO

A produção científica, nas mais diversas áreas do conhecimento, advém de motivações múltiplas, que são essenciais para o desenvolvimento das respostas que atendam às necessidades informacionais do indivíduo. Dentro desta perspectiva, podemos apontar três fatores para o desenvolvimento dessa obra. Primeiramente, pela abrangência da formação do bibliotecário e documentalista, para atuar em diversos tipos de instituições de memória e/ou unidades de informação. Sim! Apesar de ter entrado no serviço público estadual através de concurso para professor de História, retornei para a universidade para fazer uma segunda graduação, em virtude da apropriação dos litígios documentais.

Um segundo fator delineador dessas linhas foi, a partir da assimilação dos temas propiciados pela nova formação, entendermos que era preciso adentrar nos acervos escolares, enquanto espaço de pesquisa, ainda não totalmente apropriados pela Ciência da Informação, uma vez que os arquivos escolares estão mais ligados às pesquisas do campo educacional. Por fim, a terceira justificativa, é pelo fato da nossa aproximação, enquanto profissional, no referido arquivo escolar da Unidade de Ensino, o Centro de Excelência Dr. Milton Dortas, que desde maio de 2018, através de processo seletivo para o Ensino Médio Integral, passei a atuar como secretário escolar.

Uma das atribuições relativas à função de secretário escolar é a organização e manutenção do arquivo institucional. Diante disto, as formações na área de História e na de Documentação possibilitaram um olhar mais refinado para a massa documental existente no acervo. Percebendo assim, diferente de muitos, que ali não está apenas o resultado de

diversos processos administrativos e educacionais acumulados ao longo do tempo, mas, preciosidades informacionais sobre a vida de homens e mulheres envolvidos com a instituição escolar e o seu entorno. São verdadeiras fontes que possibilitam o resgate da história e da memória local e regional pois sintetizam ações e práticas dentro de um determinado contexto.

A partir daí, projetou-se a necessidade da elaboração de um plano de gestão documental do qual possa pautar as ações a serem desenvolvidas no próprio arquivo, no que tange às questões de conservação, preservação e disseminação da informação em prol do conhecimento, para além das questões administrativas educacionais.

Sendo assim, delimitamos, durante o planejamento que logrou este trabalho, a documentação dos ginásios dos anos de 1963 a 1977 enquanto marco temporal. Isso porque foi em 1963 que teve início às atividades escolares, através de Exame de Admissão ao curso Ginásial para alunos provenientes do curso Primário, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. Demarcamos o ano de 1977 como data-fim, uma vez que neste ano, através do Decreto-Lei nº 3.832/1977, o Governo do Estado transformou o Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto na Escola de 1º Grau Dr. Carvalho Neto, dando prosseguimento às normativas estabelecidas no ato de doação previsto desde o ano anterior (1976).

No tocante aos aspectos arquivísticos, esta documentação integra os fundos e séries de um acervo maior, relativo àquilo que a escola produziu no decorrer das funções inerentes ao seu exercício nestes quase 60 (sessenta) anos. O trabalho a ser desenvolvido no arquivo, enquanto unidade informacional, faz parte de toda uma ação nacional conclamada pelo Conselho Nacional dos Arquivistas (CONARQ) no que se refere às diretrizes de classificação e avaliação de documentos arquivísticos neste

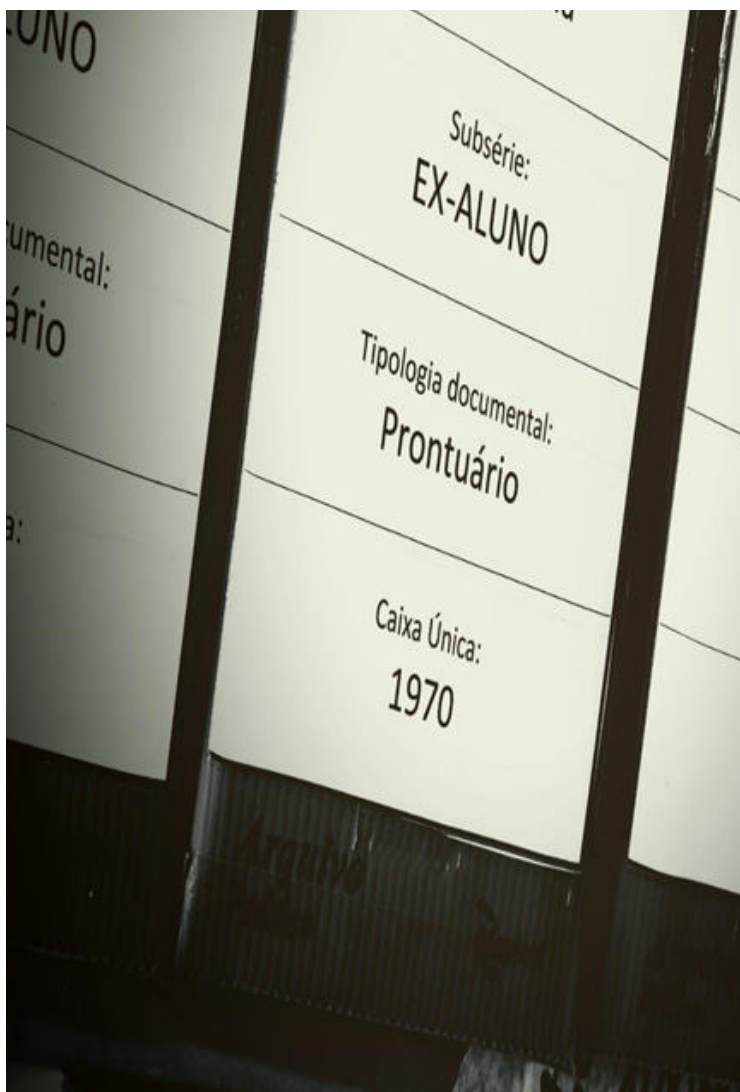
ano de 2021.

Esperamos que desfrutem dessa emocionante leitura, que traz evidências do efeito da Educação Básica na sociedade. Devemos lutar pelo direito da Educação pública e de qualidade para todos, de modo a colher os inerentes benefícios que farão deste país uma experiência de vida cada vez melhor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
O Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto	22
Capítulo 1 - ACEPÇÕES DE ARQUIVOS ESCOLARES E SEUS DOCUMENTOS E DESTES, A MEMÓRIA SOCIAL	27
Arquivos escolares e os seus documentos	29
A memória: conceito e aplicação na Ciência da Informação	36
CAPÍTULO 2 - O SEGREDO DO SUCESSO É DESVENDADO	43
O arquivo, os prontuários, as atas e os documentos	45
Característicos.	48
Vida escolar	59
Estudos anteriores	60
Os exames de Admissão enquanto acesso ao curso Ginásial	73
Interrupção dos estudos	76
Transferências em curso	80
Concludentes e egressos	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	105

INTRODUÇÃO



Fonte: Acervo pessoal de Valter Euda dos Santos (2020).

Um dos elementos relacionados à racionalidade humana é a capacidade de mediar aos seus pares o conhecimento adquirido. Quando isso se dá de modo sistematizado, nada mais é do que ensinar, portanto, pautado ao ato de educar. O mundo contemporâneo institucionalizou a educação; criando regras, métodos e ambientes propícios, às unidades escolares. É no interior destas instituições onde teremos a prática educacional. O cotidiano escolar, baseado nas prerrogativas legais, vai criando documentos das mais diversas tipologias e finalidades que vão garantir o funcionamento da educação formal.

Esses documentos, ao passar do tempo, serão custodiados, cabendo aos gestores escolares criarem espaços e sistemas de organização da informação documental neles contida. Seja para uma consulta administrativa no sentido probatório de direito dos sujeitos envolvidos ou pelo seu caráter histórico, enquanto testemunho de uma época. Destino este apontado por Vidal e Paulilo (2020, p. 9) ao considerar que: “O valor probatório, em muitos casos, é o que leva à preservação documental”. A informação documental, consultada de maneira individualizada e pessoal, assim como de maneira massiva e impessoal, segundo os critérios da legislação incidente, será interpretada pelo consultante, para responder às diversas questões de pesquisa. Pode ser para investigar o modo de viver, a saúde, a cultura, ou enquanto parte integrante do planejamento administrativo, social ou pedagógico.

Entretanto, a percepção administrativa ainda não deu o devido valor a esses acervos documentais. É comum encontrar, de forma indevida o tratamento aos mais diversos documentos, considerando-os enquanto algo morto, armazenados em lugares insalubres, verdadeiros depósitos, onde a memória escolar e comunitária jaz, sem possibilidade de ser trazido à luz para o conhecimento das gerações atuais. Essa situação foi

percebida em estudos sobre o arquivo escolar do Atheneu Sergipense realizado por Alves (2015, p. 24-25):

[...] uma significativa massa documental acumulada, produzida pelos agentes administrativos e pedagógicos, que traçam a sua memória, a história construída por ela própria, quer com documentos do arquivo corrente, quer com a documentação histórica ainda existente no espaço que alguns consideram erroneamente como ‘arquivo morto’, que necessitam de organização e preservação.

Corroborando com este pensamento, Santana (2012, p. 1) a qual também estudou o arquivo do Atheneu Sergipense, aponta que: “esses papéis, outrora tão importantes, já não recebem a mesma atenção e cuidado, sendo, por vezes, jogados em sala escura e insalubre, ou mesmo descartados”.

Considerando que os arquivos, e neste caso, os escolares, são instituições de memória (SAVIANI, 2013) e diante desta realidade anteriormente apontada, elaboramos a questão de pesquisa inicial para se buscar informações provenientes desses documentos: “Quais elementos da memória social podem ser identificados em um arquivo escolar?” A busca para responder às indagações iniciais sustentou, portanto, os caminhos que resultaram na elaboração desta obra.

Objetivamos assim, identificar as representações da memória social, por meio de estratégias de análise da informação dos documentos contidos no fundo arquivístico “Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto”, integrado à unidade de informação Arquivo Escolar do Centro de Excelência Dr. Milton DORTAS. Paralelo a isto, elaboramos uma análise do fundo documental “Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto”, com vistas a explicitar e registrar a memória social pregressa da comunidade escolar, estabelecendo relações. Além do mais, fizemos uma contrastação das

identidades dos egressos com informações públicas e redes sociais, em busca do status social atual dos mesmos, entendo assim a importância do Industrial para a sociedade da época. E por último, demonstramos a potencialidade do Arquivo Escolar do Centro de Excelência “Dr. Milton DORTAS”, como fonte de informação pesquisável, com ênfase em indicadores sociais relevantes às políticas públicas.

Para se alcançar os objetivos propostos, fez-se necessário traçar de que forma a pesquisa seria desenvolvida para vermos concretizados neste trabalho. Assim, discutiremos sobre o critério de análise dos dados utilizados, além das tipologias da pesquisa, do procedimento técnico e das formas de abordagens.

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa que resultou nesta obra, foi de natureza aplicada, pois, na tentativa de solucionar problemas, produziu conhecimentos. Definição compartilhada também por Souza (2013), quando este explica que a pesquisa aplicada origina ideias para aquisição ou geração de saberes no intuito de resolver problemas gerais ou específicos.

De acordo com Cervo, Bervian e Da Silva (2007), do ponto de vista dos objetivos, esta obra foi resultado de uma pesquisa descritiva, isto porque pretendeu-se ver de que forma e circunstância o fenômeno ocorreu, qual a sua frequência e características que se manifestou em determinados grupos ou comunidades. Completando esta definição, Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 102) apontam para a busca das informações referentes “às propriedades, as características e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno”.

O alcance dos objetivos propostos na fase da pesquisa somente foi possível pelo fato de termos realizado, enquanto procedimento, a pesquisa documental, definida como sendo “aquela em que os dados obtidos

são estritamente provenientes de documentos com o objetivo de extrair informações neles contidos, a fim de compreender um fenômeno” (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 244). Garcia Júnior, Medeiros e Augusta (2017) vão considerar que esse procedimento se efetuou na análise de documentos escritos com o propósito de entender situações econômicas e sociais. Salientando que: “Os documentos estão ligados às suas realidades sociais e dizem muito a respeito das sociedades aos quais foram ou estão inseridos” (GARCIA JUNIOR; MEDEIROS; AUGUSTA, 2017, p. 143).

Os teóricos da pesquisa documental, tais como Martins e Theóphilo (2009) e Cechinel (2016) foram unânimes em dizer que os documentos a serem utilizados em tal pesquisa possuem, enquanto característica peculiar, o fato deles ainda não terem sido tratados de forma analítica. Entre as vantagens dessa forma de pesquisa, apontadas por Kripka, Scheller e Bonotto (2015), estão o fato de que os documentos são uma fonte estável, cuja informação é contextualizada e que, além disso, são apropriados para estudos de fenômenos ao longo do tempo.

Cechinel (2016) concomitante, por sua vez, apontou que na pesquisa documental devem ser observados os seguintes elementos: contexto, autores, autenticidade e confiabilidade, a natureza do texto e conceitos-chave. Para Kripka, Scheller e Bonotto (2015) a escolha dos documentos é feita levando em consideração o conteúdo, o contexto, a utilização e a função para qual foi criado.

Duas foram as formas de abordagem dos dados coletados antes da realização da nossa síntese: a qualitativa e a quantitativa. Entretanto, os autores, Martins e Theóphilo (2009) não descartam a possibilidade de se avaliar por ambas as formas. Seguimos, portanto, por estas duas abordagens, visto que elas são complementares.

Nesta perspectiva, Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 416-417)

apontam que através do enfoque qualitativo a obtenção dos dados “serão transformados em informações [...] nas próprias formas de expressão de cada um deles”, ou seja, levando em consideração, os “significados e razões internas do comportamento humano”.

Os mesmos autores também irão apresentar características que definem a natureza da abordagem qualitativa como sendo a estruturação dos dados, os objetivos da análise, sendo essa contextual, além de existir uma flexibilização do ato de interpretar para se obter as conclusões (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Entretanto, para Kripka, Scheller e Bonotto (2015, p. 243) as análises qualitativas “buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde estes ocorrem e do qual faz parte”.

De formato diferente, as análises quantitativas:

[...] são aquelas em que os dados e as evidências coletadas podem ser quantificados, mensurados. Os dados são filtrados, organizados e tabulados, enfim, preparados para serem submetidos a técnicas e/ou testes estatísticos (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 107).

Podendo assim dizer que os dados coletados foram classificados, ou seja, observada a frequência em que ocorrem, quantificados, transformados em indicadores ou termos do conceito. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013), este processo nada mais foi do que mensurar ou medir.

Mas, para conseguir a melhor disposição dos dados coletados, fez-se necessária a utilização de um software. Nesse caso, recorreremos ao Excel do Microsoft Windows® para a formação de um banco de dados. Esse programa facilitou a exploração dos dados e a preparação para interpretação e posterior apresentação dos resultados. A planilha elabo-

rada no Excel foi construída a partir de 38 (trinta e oito) campos ou colunas. Estas se constituíram de informações referentes à identificação do número da caixa da qual encontrava-se o prontuário; nome do aluno; sexo; resultados do Exame de Admissão, que foi realizado ou não realizado pelo aluno; endereço, cidade e escola de procedência (curso primário); quem atestou ou certificou; nomes dos pais e ocupações; lugar e data de nascimento; idade; vida escolar; admissão e séries estudadas quando da transferência; teor e assinatura do atestado de caráter e observações.

O Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto

Foi publicado no jornal Simãodiense “A Semana”, de responsabilidade do jornalista José de Carvalho Déda, na edição de 01/12/1962, a notícia que em breve seria lançado o edital de abertura para exame de admissão com a finalidade de ingresso na 1ª série do curso Ginásial, a ser ofertado por uma nova escola que estava sendo construída no município de Simão Dias (SOUZA, 2016). Essa Unidade de Ensino denominar-se-ia Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto.

Entretanto, a demora para conclusão da obra levou a ocorrência dos referidos Exames de Admissão apenas em 07 e 08 de maio de 1963. Os mesmos foram considerados de 2ª época por terem sido aplicados dentro do próprio ano letivo, uma vez que, sempre os exames ocorriam em dezembro do ano anterior ao início das aulas.

Na matriz curricular organizada pela Unidade de Ensino, obedecendo aos ditames da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 20/12/1961 (LDB nº 4.024/1961), nos artigos 44 e 45, previam-se disciplinas obrigatórias (Cultura Geral) e uma Parte Diversificada (Ar-

tes Industriais, Atividades Agrícolas e Educação Para o Lar), de livre escolha da Unidade Escolar (BRASIL, 1961).

Na época, a oferta de disciplinas de Artes Industriais e de Atividades Agrícolas, no currículo do Industrial, foi decisiva para diferenciá-lo de um outro Ginásio que funcionava na cidade desde 1958, mantido pela Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG), posterior Campanha Nacional das Escolas da Comunidade (CNEC), e que possuía o mesmo patrono (Dr. Carvalho Neto). Sendo assim, passou a ser reconhecido e identificado como Ginásio Industrial ou simplesmente Industrial. Os que foram contemporâneos de sua época, ainda trazem na memória a referência a esta denominação.

Tendo o 1º Exame de Admissão ocorrido nos dias 07 e 08 de maio de 1963, esta data passou a figurar como a da fundação da unidade de ensino (07 de maio de 1963). Visto que, neste Exame de Admissão ao curso ginásial foram inscritos 29 (vinte e nove) candidatos sendo apenas um eliminado, devido ao não comparecimento, e os demais foram aprovados.

O Ginásio Industrial era particular, cuja instituição mantenedora era o Centro Educacional de Simão Dias, também reconhecido como uma entidade de utilidade pública, o que a tornava filantrópica. Dito de outra forma, “entidade civil sem fins lucrativos, de iniciativa particular, mas prestando serviço de caráter público” (SANTOS, 2003a, p. 40). Outrossim, a escola mantinha parceria com as diversas esferas do Poder Público (Federal, Estaduais e Municipais), a fim de garantir o acesso e a permanência de alunos de baixo poder aquisitivo. A título de exemplo, temos a que foi realizada com a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor que, entre outras ações, prestava assistencialismo a menores economicamente vulneráveis. Além disso, para os estudantes provenientes da zona rural e de outras cidades, a escola mantinha um internato (a

Casa do Estudante) em suas dependências para homens e mulheres com dormitórios e refeitório.

Para efeito de ilustração acerca das necessidades filantrópicas almejadas pelos estudantes da Instituição, temos as seguintes situações: em 1968, o genitor de um aluno, no ato da matrícula, apresentou uma declaração, passada pelo Chefe do Posto de Defesa Animal, informando que residia na zona rural. Intencionava-se assim uma vaga no dormitório estudantil. Em outra ocasião, um aluno matriculado em 1969, proveniente de Boquim/SE, anexou-se em sua documentação um atestado, passado pelo padre local, com informação da situação de pobreza dos pais. Ou seja, deixava explícito, não haver condições de custear despesas com a própria educação.

Figura 1 – Placa de gratidão a parceria com a FUNABEM



Fonte: Acervo pessoal de Valter Euda dos Santos (2020).

As transformações advindas com a Lei nº 5.692/1971, de 11 de agosto de 1971, extinguiram os Exames de Admissão além de unificar

os cursos primário e ginasial, passando a denominar-se de 1º Grau, com duração de oito anos, conforme especificava o artigo 18 da referida Lei (BRASIL, 1971). Entretanto, a unidade escolar começou a ofertar apenas as quatro últimas séries da nova modalidade de ensino. Apesar da extinção dos Exames de Admissão, o Industrial permaneceu realizando as provas para ingresso na referida escola, no entanto, não sabemos quais eram os motivos para tal ação.

Em 1972, o Industrial passou a oferecer vagas para o turno noturno, visando assim atrair a juventude trabalhadora. A partir de 1976, ocasionado por dificuldades financeiras, a unidade foi doada, através de Escritura Pública para o Governo do Estado, na administração de José Rollemberg Leite. Este, através do Decreto-lei nº 3832/1977, transformou em Escola de 1º Grau Dr. Carvalho Neto, o antigo Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto. Atualmente, a referida unidade de ensino, denominada de Centro de Excelência Dr. Milton DORTAS, oferta o Ensino Médio Integral e o Ensino Médio Regular (no período noturno).

Sobre o seu fundador, Lauro Ferreira do Nascimento, ainda carece de uma biografia. As poucas informações acerca dessa figura pública é que o mesmo nasceu na cidade Simão Dias/SE em 05 de março de 1927, falecendo em 2016. Formado em Direito, exerceu por longos anos a advocacia aposentando-se. Junto aos trâmites jurídicos, esteve ligado à educação exercendo diversos cargos em várias esferas do poder público. Na segunda metade da década de 1950 foi Diretor de Educação na Prefeitura de Aracaju/SE (GRAÇA, 2002) na administração de Roosevelt Dantas Cardoso de Menezes. Tornou-se por alguns anos Delegado do Ministério da Educação em Sergipe. Além do mais, tomou assento no Conselho Estadual de Educação de Sergipe, dado que, em sua cidade natal, foi um dos fundadores do Ginásio Cenecista Carvalho Neto (SANTOS, 2003a), retirando-se da associação quando fundou o Ginásio

Industrial, que passou a ser concorrente daquele.

Este livro está organizado em dois capítulos. No primeiro, intitulado “Acepções de arquivos escolares e seus documentos e destes, a memória social”, discurremos acerca dos entendimentos referenciais sobre arquivos escolares e memória social a partir de diversos autores e obras que trataram das referidas temáticas. Os autores, por nós utilizados, são provenientes de áreas diferenciadas (da Educação, da História, da Sociologia e das Ciências da Informação) demonstrando assim a interdisciplinaridade da temática. No segundo capítulo, “O segredo do sucesso é desvendado” foi o resultado da análise realizada no Arquivo Escolar do Centro de Excelência Dr. Milton Dortas (Simão Dias/SE), na documentação específica dos anos de 1963 a 1977, período quando a unidade de ensino era uma escola particular sem fins lucrativos, denominada de Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto. As incursões deram nas atas dos exames de admissão e nos prontuários de ex-alunos onde foi possível reconstruir um painel desses homens e mulheres que tomaram assento da referida instituição de ensino. Posteriormente, a partir de pesquisa feita nas redes sociais, visualizamos os seus papéis na sociedade atual, compreendendo assim uma mudança nos seus status sociais, diferente dos seus progenitores.

CAPÍTULO 1

**ACEPÇÕES ACERCA DE ARQUIVOS
ESCOLARES E SEUS DOCUMENTOS E
DESTES, A MEMÓRIA SOCIAL.**

O desenvolvimento desta obra, no campo da Ciência da Informação, fundamentou-se em dois descritores: arquivos escolares e memória. Esta vista enquanto memória social, conforme Santos (2003b). Aqueles enquanto estabelecimentos do segundo, ou seja, detentores da memória social, verdadeiras instituições da memória (SAVIANI, 2013). Dito de outra forma, os acervos, em sua forma primária, que constituem os arquivos, neste caso os escolares, reúnem documentos escritos a partir das finalidades para as quais foram criados, os quais servem para comprovação de direitos e que são também testemunhos de fatos e acontecimentos de um período histórico. Isto porque “são estes vestígios que tornam possível revisitar o passado e constituir cadeias temporais, que estruturam a percepção e a memória” (FELGUEIRAS, 2005, p. 89). Mas, o olhar do pesquisador pode observar, em sua forma secundária, informações que, reunidas, resgatam e/ou recordam a memória social de uma localidade e região a qual está inserida. É por este caminho que seguimos.

Arquivos escolares e os seus documentos

Muitos estudiosos consideram a Ciência da Informação uma ciência interdisciplinar (FONSECA, 2005). Isso ocorre em virtude da mesma ter em seu “estatuto” a concepção fundamentada na informação. Com isto agrega diversas disciplinas que têm na informação esse fundamento caracterizador. Entre essas disciplinas estão a Biblioteconomia, a Museologia e a Arquivologia.

A informação tratada pela Arquivologia é aquela que pode ser encontrada nos arquivos públicos ou particulares, pessoais ou institucionais. Entre os arquivos institucionais estão os escolares. Estes são regidos pela Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que trata da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados. Isso porque, o próprio con-

ceito de arquivo, e no nosso caso, de arquivo escolar, diz que o referido acervo é oriundo do processo de produção e recepção, no exercício de suas funções (educacionais), pelo órgão público ou privado. Os documentos de arquivos são considerados para as escolas públicas enquanto documentos públicos e, para as escolas particulares, documentos de cunho particular de interesse público (BRASIL, 1991)

O acervo constitui-se a partir de documentos que comprovam o dia a dia da escola. De acordo com Barletta (2005), os documentos produzidos no interior da escola remetem a partir das atividades-meio (estrutura, organização e gestão dos recursos financeiros, patrimoniais, humanos, entre outros) e atividades-fim (das funções formais às funções práticas). São produzidos de forma consciente ou intencional, ou seja, leva-se em consideração “[...] os motivos pelos quais foram produzidas, as circunstâncias dessas produções e a relação dos autores com os órgãos da administração do ensino” (FURTADO, 2011, p. 157). Independente do grau de consciência ou intencionalidade (GONÇALVES, 2009). Serão elaborados: atas de rendimento, diários de classe, fichas de matrículas, planos de curso, livros de ponto, além dos prontuários de alunos e servidores que reúnem diversos outros documentos e outras tantas tipologias documentais. Além do mais, as unidades de ensino receberão também outros tantos documentos, tais como declaração de escolaridade, correspondências, portfólio de orientações educacionais, portarias e decretos, entre outros.

Os arquivos históricos escolares são fontes informação essenciais para história e historiografia da educação, pois arrolam dados fundamentais sobre a gestão escolar, como o número de matrículas, níveis de repetência, evasão, etc., além de documentos que relatam as práticas pedagógicas, como os currículos e planejamentos escolares, que mais do que documentos técnicos são partes

essenciais para a construção da identidade da escola (SOUZA, 2016, p. 168).

O alinhamento da História da Educação com a História Cultural possibilitou o surgimento de um olhar importante para os arquivos escolares a partir da década de 1980. De acordo com Barletta (2005), os historiadores da educação passaram a usar as categorias analíticas de apropriação e representação (Roger Chartier) e de estratégias e táticas (Michel de Certeau) enquanto arcabouços teóricos para tratar os documentos dos acervos escolares. No início da década seguinte, a preocupação das pesquisas, nos documentos educacionais, foi pautada na compreensão das práticas educacionais. Sendo assim, os arquivos escolares vão fundamentar a reconstituição da cultura material escolar das unidades educacionais (GONÇALVES, 2009). Dito de outra forma, os olhares dos pesquisadores direcionaram-se para os arquivos escolares e suas fontes, evidenciando sua importância, decorrente das influências advindas pela nova corrente historiográfica, que se concretizou com a ampliação da proposta epistemológica e temática, dando lugar a pesquisa de objetos singulares (FURTADO, 2011).

Os pesquisadores da educação, ao elegerem os arquivos escolares enquanto objeto analítico, definiram assim três objetivos:

Descrever e analisar a documentação nele presente, reconstituindo sua história; enfatizar sua importância para a escrita da história escolar; além de buscar a preservação do patrimônio escolar (SANTANA, 2012, p. 13).

Nesta perspectiva, Saviani (2013) considerou que os arquivos escolares são instituições de memória, pois os referidos acervos são parte integrante da memória coletiva de todos que passaram pela instituição escolar, bem como da memória da sociedade da qual está inserida, a

qual se identifica por um elo de pertencimento. Corroborando com este pensamento, Vieira (2013, p. 68) apresentou uma expectativa positiva ao ver que nos arquivos escolares podem ser encontrados documentos que propiciam “à preservação da memória educacional e à possibilidade de serem utilizados na pesquisa”.

Aliás, anteriormente, Furtado (2011) já havia apontado que, nos arquivos escolares, serão encontradas as mais diversas tipologias documentais que vão se referir a memória, responsável em identificar a escola enquanto parte da identidade de uma sociedade em um determinado período histórico. Portanto, as relações sociais entre as instituições de ensino e a sociedade também são defendidas por Vieira (2013) enquanto informações a serem encontradas nos arquivos da educação, podendo ter contato com experiências de políticas públicas pretéritas.

Concomitante, Abud (2012) aponta que os arquivos escolares serão unidades informacionais em que ocorrem as indagações e respostas enquanto “suportes de memória” localizados nas estantes. Posteriormente, Pinheiro (2016, p. 325) afirmou que os arquivos escolares “armazenam as informações de trajetória de vida das pessoas, relatam a memória da escola e podem influenciar nas tomadas de decisão”, ideia essa complementada por Oliva (2015, p. 42) ao dizer que:

Nos documentos esconde-se a memória [...] o registro de fatos referentes às vidas que iniciavam a sua projeção para além dos círculos familiares, os primeiros passos de futuras grandes personalidades e de várias outras que continuaram, modestas, a vida dos homens e mulheres comuns.

Os arquivos escolares constituem-se de documentos dos quais podem ser extraídas informações acerca da identidade da instituição educacional, no que se refere a sua organização. Os mesmos documentos ao

serem organizados estarão preparados para as inúmeras interpretações, análises e produções científicas. É a ideia defendida por Ferreira (2017) ao dar a sua contribuição ao incremento de pesquisas em arquivos escolares.

Entretanto, diversos autores apontam para a dificuldade encontrada nos arquivos escolares, no que tange à questão de acesso à informação. Isso é ocasionado, na maioria das vezes, pelo tratamento dado aos referidos documentos por parte dos gestores educacionais (FURTADO, 2011). Nesse sentido, a expressão pejorativa “arquivo morto” acaba sendo traduzida de forma denotativa na importância dada aos acervos: uma massa documental colocada em depósitos insalubres, sem vida, nos quais são guardados de qualquer forma, facilitando assim o processo de decomposição por elementos químicos e naturais, relegados ao esquecimento como algo indesejado e inútil. O arquivista Zaia (2005, p. 166) assim define o “arquivo morto”, enquanto termo usual por muitos agentes escolares, para diversos espaços dentro da escola:

[...] se refere aos muitos espaços em que encontramos documentos acumulados: banheiros desativados, vãos embaixo de escadas, quartos de guarda de materiais de limpeza, dispensas dos refeitórios, salas desativadas próximas à lanchonete, porões, sala de materiais de fanfarra, ‘cantos’ da biblioteca em atividade (ou desativada), entre outros.

Apontam Ruckstadter e Tanno (2016), que os fatos mencionados anteriormente são causados pela falta de hábito em se preservar a memória. As mesmas autoras vão além, observando que mesmo em alguns arquivos organizados, estes podem apresentar dificuldade no acesso à informação quando não se tem critérios para a elaboração de catálogos, enquanto instrumentos que facilitam o acesso as fontes e as informações

contidas nos documentos.

Em grande parte das instituições de ensino, a preocupação se dá apenas em manter à mão os documentos produzidos pela atual gestão, bem como os prontuários dos alunos matriculados no respectivo ano letivo e prontuários de ex-alunos e ex-servidores, organizados apenas por ordem alfabética. Situação observada por Santana (2012, p. 12): “A preocupação maior é com o arquivo corrente, dada a importância para funcionalidade administrativa da instituição”. Segundo a referida autora, esta atenção maior ao arquivo corrente, traz consequências negativas, uma vez que, os arquivos de 3ª Idade (permanente/histórico) são desvalorizados. Nesta conjuntura, a indiferença e o descuido foram adjetivos negativos qualificados por Oliva (2015) enquanto características de uma má educação contrária ao que se propõe uma instituição de ensino

Anos depois, foram observados por Ferreira (2017), a resistência em se ter acesso aos acervos escolares, assim como falta de preparo para a gestão documental por parte dos gestores, ou seja, os documentos e os arquivos escolares, em sua grande maioria, não estão arquivados de forma adequada, dificultando os consultantes a realizar suas pesquisas (HOFFMANN; SILVA; ZOTTI, 2014). Além disso, arquivos vistos com bastante frequência e mantidos de forma precária já haviam sido denunciados por Vieira (2013). Nesta mesma linha, Alves (2015, p. 21), ao iniciar as suas incursões no arquivo escolar do Atheneu Sergipense, enquanto base para a sua pesquisa de doutoramento, encontrou “um emaranhado de papéis sem qualquer organização e acondicionamento”.

A falta de políticas públicas claras, a respeito da gestão documental de arquivos escolares representa uma lacuna considerável na ambiência da pesquisa sobre Educação, ou Ciências Sociais Aplicadas, em território nacional. Outra questão, se relaciona aos dados sensíveis

É preciso buscar, constantemente, informações sobre os cuidados com a divulgação de informações encontradas nos documentos, prestando atenção aos prazos de prescrição dos documentos previstos em lei, na divulgação de nomes que evidencie situações que relacionam pessoas e possam gerar constrangimento, a exposição de fatos escolares recentes sem a permissão da direção da escola, entre outros (ZAIA, 2005, p. 171).

Na contramão da realidade de muitos arquivos escolares, os autores são unânimes em considerar a importância da manutenção e preservação dos acervos. Para Barletta (2005, p. 120): “Preservar documentos significa, antes de tudo, dar acesso ao seu conteúdo pleno”. Sendo assim, o sentido da gestão documental e informacional dos arquivos escolares é bem mais complexo do que a preservação de documentos de caráter probatório:

A falta de política pública de preservação de documentos escolares faz com que sejam preservados somente os documentos considerados probatórios. O descarte de documentos, sem critérios técnicos e científicos, traz um prejuízo imenso para a pesquisa de cultura escolar (BARLETTA, 2011, p. 65).

Estes quando organizados garantem o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que facilitam e reduzem o tempo do pesquisador (SAVIANI, 2013). Este raciocínio é compartilhado por Orso (2013), o qual acredita que uma relação forte entre o pesquisador e suas fontes se dá quando o mesmo não perde muito tempo de pesquisa para encontrá-las, em virtude de acervos organizados e preservados. Nesse sentido, preservado, organizado e acessível são as qualidades defendidas por Vieira (2013) ao dizer que nas instituições escolares são espaços onde se constitui a relação entre memória, arquivos, documentos e novas tecnologias.

Ao estabelecer o sinônimo de acervos escolares enquanto patrimônio documental, Ruckstadter e Tanno (2016) defendem que a preser-

vação dos referidos arquivos escolares é parte da preservação do patrimônio cultural nacional. Essa defesa foi também apontada por Oliva (2015), assinalando que a preservação do patrimônio documental faz parte daquilo que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) entende enquanto bem cultural material e que deve ser preservado. A autora continua a esclarecer que um dos mecanismos para essa preservação é quando um Centro de Memória passa a ter a custódia de um arquivo escolar (OLIVA, 2015).

Aliado a esta ideia, articula-se o arquivo e seus documentos a sua dimensão material, ou seja, a sua materialidade:

O primeiro desafio consiste em perceber o documento não apenas como fonte de informações, mas como um artefato, e se indagar sobre as condições concretas de sua produção. [...] Remete a um conjunto de aprendizagem sobre as tecnologias da escrita em perspectiva histórica e sobre as práticas corporais dos sujeitos produtores. [...] Operar com a materialidade dos documentos, assim, confere a oportunidade de explorar experiência humana em diversas temporalidades (VIDAL; PAULILO, 2020, p. 8).

Neste sentido, deve-se valorizar as informações advindas dos documentos como também os significados atribuídos pelos agentes escolares produtores de tais documentos, enquanto imaterialidade patrimonial. A partir daí, é possível entender a sociedade a qual está inserida a escola (FELGUEIRAS, 2005).

A memória: conceito e aplicação na Ciência da Informação.

O conceito de memória e suas derivações: memória social, coletiva, institucional, entre outros, são definidos por diversos autores em

várias áreas do conhecimento. Seja na História, na Sociologia e também na própria Ciência da Informação. Portanto, a memória é interdisciplinar. Na Ciência da Informação é uma definição ainda em construção tal como o de memória social e de memória institucional (CORTES, 2019).

Diante desta perspectiva entre memória e informação é que Oliveira e Rodrigues (2011) vão considerar que a Ciência da Informação se apropriou do conceito de memória, reformulando-o em relação à informação. Essa apropriação e transformação do conceito de memória deram-se em virtude de uma tendência internacional e pela própria interdisciplinaridade vista na Ciência da Informação, a qual agrega pesquisadores provenientes de diversas áreas do conhecimento, tais como Biblioteconomia, Documentação, Museologia, Arquivologia, dentre outras. Estas áreas se fundamentam na informação enquanto elemento comum, dado que, apesar disso, a memória, enquanto tema analítico da Ciência da Informação, ainda é periférico apesar de relevante.

Para essas pesquisadoras: “informação é o atrator do conceito de memória no âmbito da Ciência da Informação no Brasil” (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011, p. 318). As mesmas vão elencar diversos outros atores do conceito de memória para a Ciência da Informação tais como: documento, instituição, social, biblioteca, cultura e história, com mais eficácia; já, esquecimento, lembrar, recordar, tempo e espaço, com menos eficácia. Nesse sentido, “a preservação das informações ou dos documentos possibilita a (re)construção de parte da memória de uma coletividade, seja um país ou uma instituição” (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011, p. 323).

Silva Junior e Oliveira (2018) também estabeleceram uma relação entre memória e informação. Eles vão considerar que a informação influencia a construção da memória e esta, por sua vez, é reconstruída no tempo presente. Isso porque, ocorreu uma aproximação da memória

aos paradigmas da Ciência da Informação (CORTES, 2019). A mesma autora também considerou que a informação e a memória farão parte do campo de conhecimento da Ciência da Informação (CORTES, 2019).

A construção da memória é social, como bem analisa Santos (2003b) ao revisitar diversos pensadores da teoria social. A autora observou nos teóricos sociais que a memória é uma construção da vida em sociedade. As próprias convenções sociais são expressões da memória, uma vez que os membros de uma dada sociedade utilizam aspectos oriundos do passado, preservando-os no tempo presente.

[...] a memória é o resultado de reiteradas tentativas de reconstrução do passado; a falta de precisão da memória não implica em esquecimento de eventos passados, mas do processo seletivo pelo qual indivíduos estão sempre reconstruindo experiências através de sua inserção no mundo que os cerca (SANTOS, 2003b, p. 62-63).

Para o historiador Le Goff (1996), a memória tem a capacidade de conservar certas informações enquanto impressões do passado, naquilo que se entende enquanto memória histórica e social. Nesse sentido, faz-se necessário a preservação daquilo que possibilita a materialização dessa memória, ou seja, a preservação dos vestígios encontrados nas mais diversas formas de documentos em seus variados suportes (CORTES, 2019). A perda dessa memória pode assim ocasionar uma crise na própria identidade coletiva. Anteriormente, Felgueiras (2005) já apontava que a perda da memória coletiva podia ocasionar a fragmentação do grupo. Diante disso, é necessário deter uma grande quantidade de informações para garantir a preservação da memória e consequentemente, a identidade coletiva (LE GOFF, 1996).

E, em se tratando de identidade coletiva, Santos (2003b) converge

no mesmo sentido, pois o indivíduo irá definir sua identidade usando, de forma contínua, o próprio passado. Os autores Silva Junior e Oliveira (2018) vão considerar que a memória legítima preserva a identidade. Com isto, os indivíduos ou os grupos buscam suas identidades através da memória, uma vez que a identidade é algo a ser construído, valendo-se da própria memória. Anteriormente, Le Goff (1996) discorreu que, ao longo da história, seja nas sociedades sem escrita ou nas que passaram a fazer o registro da informação, nos mais variados tipos de suporte, deter a memória significou um elo com a própria identidade.

O mesmo historiador apresentou a memória coletiva e social numa relação com o poder. Nas sociedades sem escrita, a detenção da memória coletiva possibilitou a coesão do grupo. Nas primeiras sociedades que dominaram a escrita, a memória estava relacionada a um elemento comemorativo, ao armazenamento das informações e à possibilidade de rever a própria informação.

Em outra frente, Santos (2003b) visualizou que as relações estabelecidas pelos indivíduos serão responsáveis em criar os mecanismos definidores das lembranças que se traduzem em memória coletiva, já que, esta memória deve ser entendida a partir “das circunstâncias e contextos” (SANTOS, 2003b, p. 64) em que está inserida, portanto ela é social.

Equivalente a isso, “a memória é um fenômeno de construção social” (THIESEN, 2013 apud CORTES, 2019, p. 23). Além disto, Oliveira e Rodrigues consideram que a definição de memória perpassa pelo social, posto que: “[...] o foco recai sobre registros da informação como memória socialmente construída, representada e compartilhada por um grupo, estejam eles institucionalizados (compondo os acervos de arquivos, bibliotecas e museus) ou não” (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011, p. 315).

Na primeira metade da década de 1980, o teórico Pierre Nora, ao

dissertar acerca da relação entre memória e história, apresentava a ideia de que: “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos” (NORA, 1993, p. 13). Serão nestes espaços, continua o autor, onde ocorre a “cristalização da lembrança” (NORA, 1993, p. 22).

Considerando que as práticas sociais são sinais de uma dada memória (THIESEN, 2013 apud CORTES, 2019), temos então a concepção que a memória social perpassa pela memória institucional, uma vez que esta é o resultado de percurso e experiências da humanidade. A análise da autora reflete que o processo de lembrar e esquecer são fatores para a “construção social da memória em instituições”. Esta institucionalização já havia sido estudada por Le Goff (1996) ao considerar que as sociedades da escrita criaram instituições que tinham como função a guarda das próprias recordações (arquivos, museus e bibliotecas), passando assim a utilizar, enquanto suporte, o recurso escrito, dado que, a escrita torna-se durável, ampliando a memória natural que é frágil.

Com a origem das instituições, alimentadas pela reprodução das práticas sociais, tem-se na visão de Cortes (2019) a própria gênese da memória. Isso se dá através de uma relação entre o indivíduo e o seu processo de socialização, posto que, o resgate da memória institucional deve ser compreendido a partir das “[...] múltiplas dimensões que tornam a sua constituição e presença na sociedade em um determinado período histórico, podendo observar como se deu o processo de construção de identidade [...] em uma determinada sociedade” (SILVA et al, 2015, p. 164).

Adentra-se, assim, à função da memória institucional que é de “potencializar as atuações e representações coletivas da memória podendo reforçar a identidade de uma instituição para a sociedade” (FERREIRA, 2014 apud CORTES, 2019, p. 35).

Nesse sentido, o caminho a ser seguido é o “conhecimento da documentação [da qual] visa levar a comunidade escolar a compreender a importância na reconstrução da memória institucional” (SILVA et al. 2015, p. 160). Posteriormente, Silva Junior e Oliveira (2018) vão afirmar que a ideia de pertencimento, proveniente da identidade, perpassa pela memória que faz um movimento do presente para o passado. Isso porque, a memória institucional traz o sujeito para a sua identidade, ou seja, é o que faz o indivíduo ter a ideia de reconhecimento e de pertencimento (CORTES, 2019).

Haja vista o que foi aqui discorrido, o tratamento, a ser realizado nos documentos de um arquivo escolar, evidencia o resgate da memória social enquanto elemento de pertencimento e identidade de uma dada sociedade que se encontra no próprio reavivamento das suas lembranças. E estas lembranças são vivenciadas ao mesmo tempo em que se relativa a memória institucional. De acordo com Tavares e Loureiro (2017, p. 74), o arquivo [...] é organizado e articulado a fim de subsidiar as construções da memória social”. Assim dizendo, essa assertiva aponta para a tese que através de documentos de arquivos é possível resgatar a memória social.

CAPÍTULO 2

O SEGREDO DO SUCESSO É DESVENDADO

Grupo Escolar "Major José Antônio"

Atestado:

Atesto, para os devidos fins, que  , aluna do Grupo Escolar "Major José Antônio", sob minha direção, possui a devida educação primária para submeter-se ao exame de admissão ao ensino

Áurea Ferreira Santos,

Dirutora

Pinhão, 8 de dezembro de 1969

Maurícia Jooia de Oliveira TABELIA CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO PINHAO - SERGIPE	Assinatura verdadeira e legítima de Áurea Ferreira Santos
	Em teste
	Pinhão 08 de dezembro de 1969
	O TABELIAO Maurícia Jooia de Oliveira

Fonte: Acervo pessoal de Valter Euda dos Santos (2020).

No arquivo, o documento; no documento, a informação. Havia uma noção de verdade, permeada pelo modo de vida e pensamento de uma época, e assim o é até os nossos dias. É preciso pensar que o documento nasce como espelho das relações sociais, valores, culturas, instituições e relacionamentos.

Conforme já foi considerado em tópicos anteriores, a memória social representativa de ações, fatos e acontecimentos de um determinado grupo, que se identificam através de um sentimento de pertencimento relacionado a um local. Sendo os arquivos escolares um lugar de memória, passaremos assim a interpretar, apontar, identificar e analisar os elementos dessa memória social a partir dos dados empíricos extraídos dos documentos arquivísticos que resgatam os verdadeiros protagonistas do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto, ou seja, seus alunos, com seus anseios, ansiedades, conquistas, decepções, desistências, recomeços, quedas e vitórias, alcançando o sucesso escolar. E, por sua vez, o sucesso escolar refletindo-se na prosperidade das famílias, fomento às atividades produtivas, melhora da qualidade de vida, expandindo seus efeitos para toda a sociedade.

O arquivo, os prontuários, as atas e os documentos

A fonte de informação (ou lugar de memória) utilizada para a elaboração deste livro foi o Arquivo Escolar do Centro de Excelência Dr. Milton Dortas. A gestão do arquivo escolar, do ponto de vista da memória social, tem o potencial de reconstituir a trajetória da comunidade escolar estabelecida pela unidade de ensino. Dessa forma, são reforçadas as questões identitárias dessa comunidade e as atividades-fim da instituição são atribuídas de sentido e significado.

Do ponto de vista da construção do conhecimento, é mais impor-

tante que os efeitos do fazer educacional sejam verificáveis a longo prazo, de modo que o fenômeno da educação adquira o peso social devido e, conseqüentemente, a visibilidade e o reconhecimento necessários à sua continuidade. Por meio da teoria da Documentação, é possível o resgate dos indicadores pregressos dos ginásianos do Industrial, assim como a projeção para o tempo presente, de modo que a memória social se encontre explicitada e passível de tornar-se material pesquisável e divulgável.

O fundo documental selecionado para a pesquisa está integrado à unidade de ensino que pertence à Rede Estadual, localizada no município sergipano de Simão Dias. Conforme já dito na introdução deste ensaio, sua origem foi o Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto, quando funcionava de forma particular e sem fins lucrativos entre os anos de 1963 a 1976. Nessa ocasião, quando foi doado todo o seu patrimônio para o Governo do Estado que, no ano seguinte o transformou em Escola de 1º Grau Dr. Carvalho Neto.

Sendo assim, e para se alcançar os objetivos propostos, a documentação explorada foi aquela que dizia respeito ao período do Industrial (1963-1977). As séries documentais “garimpadas” no acervo foram de duas tipologias: os prontuários de ex-alunos e o livro de atas dos exames de admissão.

No que se alude aos prontuários, enquanto conjunto documental de um dado aluno, esses são constituídos a partir de diversas tipologias. Para os discentes que se candidataram ao Exame de Admissão (Lei nº 4.024/1961) eram exigidos o registro civil (nascimento ou casamento), atestados de saúde e de vacinação (expedidos por médicos) e de escolaridade (estudos anteriores), podendo ser atestado de satisfatória educação primária (assinado por um professor primário) ou certificado de conclusão do curso primário (outorgado pelo diretor do estabelecimento

escolar).

Em relação aos alunos que ingressaram no Ginásio Industrial através de transferências de outras unidades de ensino congêneres, era imprescindível apresentar enquanto documento comprobatório dos estudos anteriores as guias de transferência. Estes documentos registravam os dados civis e a vida escolar. Outra informação contida em alguns desses documentos é uma declaração referente ao caráter do aluno.

Outros documentos constantes também nos prontuários eram as fichas de educação física e as de matrículas (preenchidas pela secretaria escolar) e diversos requerimentos assinados pelos discentes com solicitações várias (inscrição na admissão, matrícula ou inscrição na 2ª Época, quando reprovados nos exames finais).

É interessante observar que, independentemente dos documentos terem sido criados no interior da U.E. (Unidade de Ensino) ou para além deste espaço, eles apresentam uma intenção educacional. Os atestados médicos e as certidões civis, por mais que fossem elaborados em outros ambientes fora da escola, foram motivados para fins escolares. Nos atestados de saúde, por exemplo, é anotado que tal exame ou vacinação é realizado com fins educacionais ou para a admissão. Já nas certidões de nascimento encontramos informações passadas pelo tabelião ou escrevente que a referida certidão está “isenta de selos por motivos escolares”.

Outra série documental analisada foram as atas de exames de admissão, sendo que estas se constituem enquanto registros sínteses de cada exame realizado no Industrial. Elas informam as datas dos exames, a banca examinadora (geralmente com três docentes), a relação dos candidatos e suas respectivas notas em cada avaliação e o resultado final. Essas atas foram encontradas em duas formas: atas individuais de cada exame (1ª e/ou 2ª Época) ou todas juntas no livro intitulado Atas de

Exames de Admissão.

Na fase inicial da pesquisa, tínhamos em mente, analisar todos os prontuários baseados no número de inscritos nos Exames de Admissão. Entretanto, quando da coleta dos dados, entendemos que seria impossível em virtude de dois motivos: primeiramente, o arquivo escolar está passando por um lento processo de reorganização, a partir de orientação de manuais arquivísticos. Sendo assim, muitos são os prontuários que ainda não foram identificados e classificados. Para, além disso, o segundo motivo refere-se a muitos prontuários estarem sem possibilidade de manuseio em virtude de um estado avançado de decomposição, causado por agentes externos biológicos. Isto é, conforme apontaram Kripka, Scheller e Bonotto (2015), a danificação causada por agentes externos podem ocasionar dificuldades na pesquisa.

Característicos

O termo “característicos”, que aparece nas fichas de matrícula cadastrais utilizadas pelo Ginásio Industrial, é um tópico onde encontramos os dados identitários do aluno e alguns conteúdos pregressos: nome, local e data de nascimento, filiação, endereço e um espaço destinado a observações. Sendo assim, passaremos agora a realizar as análises decorrentes das informações extraídas deste tópico e de outros documentos pessoais dos alunos que se encontram em seus prontuários.

Considerando que o processo de coleta foi realizado em 350 (trezentos e cinquenta) prontuários de alunos, destes 133 (cento e trinta e três) são de estudantes mulheres e 217 (duzentos e dezessete), de estudantes homens. Ao verificarmos entre os concludentes do curso Ginásial (1966 a 1971) e do curso de 1º Grau (1972 a 1977), também prevalece a maioria entre os homens, sendo eles: 61 (sessenta e um) no total de 94

(noventa e quatro) concludentes.

No que se refere a idade de cada ginasiano, vai existir uma grande variação, fazendo com que entendamos que diversas gerações conviviam juntas no mesmo período escolar. A média de idade feita entre os 350 (trezentos e cinquenta) estudantes analisados nos dá mais ou menos 18 (dezoito) anos como a idade média, da qual permeia os estudantes matriculados nos anos letivos que funcionou o Ginásio Industrial. Entretanto, entre os 94 (noventa e quatro) concludentes do curso Ginásial/1º Grau, resultado da nossa amostragem, essa média de idade sobe para 19 (dezenove) anos.

Esses dados apurados na média da idade dos alunos apresentam uma configuração de distorção idade-série, ou seja, a idade do aluno não é propícia para série conforme prevê a legislação. A LDB nº 4.024/1961, em seu artigo 36, dizia que a idade mínima que o candidato para Admissão teria era de 11 (onze) anos completo (BRASIL, 1961) enquanto que a LDB nº 5.692/1971 colocava, conforme o artigo 20, que a idade obrigatória para os estudantes do 1º Grau era dos 07 (sete) aos 14 (quatorze) anos, isto significa que o aluno deveria concluir o 1º Grau com 14 (quatorze) anos de idade (BRASIL, 1971).

A distorção na idade-série encontrada entre os discentes do Industrial pode ser entendida pela defasagem da oferta do curso Ginásial em Simão Dias, uma vez que, apenas duas unidades de ensino o ofertavam, sendo a primeira desde o ano de 1957. Santos (2003a), ao analisar o sistema educacional brasileiro na década de 1950, coloca que os educadores brasileiros lutavam pela ampliação do acesso à escola, contrário ao projeto da elite brasileira que dizia apenas que o ensino primário deveria ser a preocupação do Estado, pois o ensino secundário não condiz com as camadas mais pobres da sociedade.

Outro elemento que pode ser entendido como causa para essa dis-

torção idade-série estava relacionado aos estudos anteriores ao Ginásio ou ao 1º Grau maior:

A escola primária pública era considerada incompetente no preparo dos alunos. Uma das razões mais apontadas por jornalistas, educadores e demais intelectuais era a falta de preparo dos professores, em muitos casos admitidos por apadrinhamento político, sem terem sequer o nível educacional mínimo exigido (GRAÇA, 2002, p. 63)

No que diz respeito a filiação, apenas 16 (dezesseis) alunos não foram registrados com o nome do pai. Além do mais, como existe uma diferença entre os cartórios no que se diz respeito ao instrumental que serve para preenchimento da Certidão de Nascimento, podemos encontrar alguns casos em que existem outras informações sobre as filiações, tais como: 10 (dez) estudantes foram considerados filhos ilegítimos (provavelmente os pais não eram casados), 01 (um) aluno foi reconhecido pelo pai posteriormente ao seu nascimento e 03 (três), tinham o pai já falecido; situação análoga de 01 (um) aluno cuja genitora também já era falecida.

A documentação encontrada nos prontuários, principalmente as certidões de nascimento, dá informação acerca da profissão dos pais de alguns alunos. Entre as mães, a principal ocupação foi doméstica (lembrando que, no contexto da época, equivale hoje a profissão “do lar”, ou seja, ocupava-se dos afazeres domésticos em sua residência), totalizando 79 (setenta e nove) casos relatados. As outras profissões são em menor número: 02 (duas) costureiras, 01 (uma) enfermeira, 01 (uma) lavradora e 01 (uma) professora.

Entre os ofícios que se ocupavam a figura do pai, temos a grande maioria ligada ao trabalho com a terra: 39 (trinta e nove) lavradores e 02

(dois) agricultores; estas são seguidas pelas atividades comerciais: 09 (nove) comerciantes, 01 (um) comerciante e 06 (seis) negociantes. Existiram 13 (treze) genitores declarados “artistas”, ou seja, eram artífices: “artesão ou operário especializado em determinado tipo de trabalho” (AULETE, 2011, p. 156). Em menor número, mas bastante variado, ocorreu: 01 (um) alfaiate, 02 (dois) barbeiros, 01 (um) carpinteiro, 01 (um) funcionário público, 01 (um) militar, 02 (dois) motoristas, 01 (um) pedreiro, 02 (dois) sapateiros e 01 (um) sacristão. Ainda contamos com 2 (dois) pais que foram identificados com duas ocupações: 01 (um) era agricultor e comerciante e outro, “artista” e comerciante (provavelmente vendiam o que plantava e o que fabricava, respectivamente).

Os números expressivos da diversidade ocupacional dos pais, vistos no parágrafo anterior, referendam a observação feita por Santos (2003a) ao analisar a criação de diversas unidades de ensino que ofertam o curso ginásial nas décadas de 1950 e 1960. Nessa conjuntura, o desejo dos filhos das classes populares e médias em frequentar o referido curso como possibilidade de ascensão social, garantido através de profissões bem remuneradas, tomando o controle do curso de sua história, melhor dizendo, os ginásianos enxergavam a possibilidade do exercício profissional diferentes dos seus genitores.

Ao fazermos o cruzamento das filiações fica explícito que entre os estudantes, configuram alguns irmãos, em número de 02 (dois), 03 (três) e até mesmo 04 (quatro). Os mesmos, em alguns casos, frequentaram a escola no mesmo período ou então a saída de um coincidia com a matrícula inicial do outro. Entre estes irmãos, temos um caso de gêmeas (2 (duas) irmãs, entre 4 (quatro) irmãos que frequentaram o Industrial), provenientes da cidade de Pinhão/SE.

As informações encontradas no campo “endereço” acabam sendo de difícil compreensão no que se refere oficialmente a residência dos

estudantes, não conseguindo assim saber de forma explícita a procedência do aluno, algo que pode ser entendido apenas ao cruzarmos com os dados referentes ao nascimento ou aos estudos anteriores.

Essa dificuldade encontra-se justamente pelo fato de que, no momento da matrícula, aqueles que seriam destinados ao internato (Casa do Estudante) passavam a ter sua indicação de moradia no próprio estabelecimento de ensino. Entre os anos de 1963 a 1966 visualizamos, enquanto endereço de 17 (dezesete) alunos sendo destes, apenas 01 (uma) mulher, a Rua Floriano Peixoto. A partir de 1966, com a construção de um novo pavilhão do Ginásio Industrial na Avenida Brasília, ocorrido em 1965, graças à ajuda orçamentária garantida pelo mandato do Senador Leite Neto, um novo endereço passou a predominar nas fichas de matrícula. O empenho realizado pelo referido senador ocasionou a mudança do nome da avenida onde estava localizado o novo pavilhão, passando a ser denominada Avenida Senador Leite Neto, como também o referido pavilhão educacional, conforme a Figura 2. O novo endereço pode ser visto nos prontuários de 66 (sessenta e seis) alunos, sendo endereço de 08 (oito) mulheres e 58 (cinquenta e oito) homens.

Figura 2 – Placa comemorativa da inauguração das novas dependências do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto em Simão Dias/SE – ano: 1965;



Fonte: Acervo pessoal de Valter Euda dos Santos (2020).

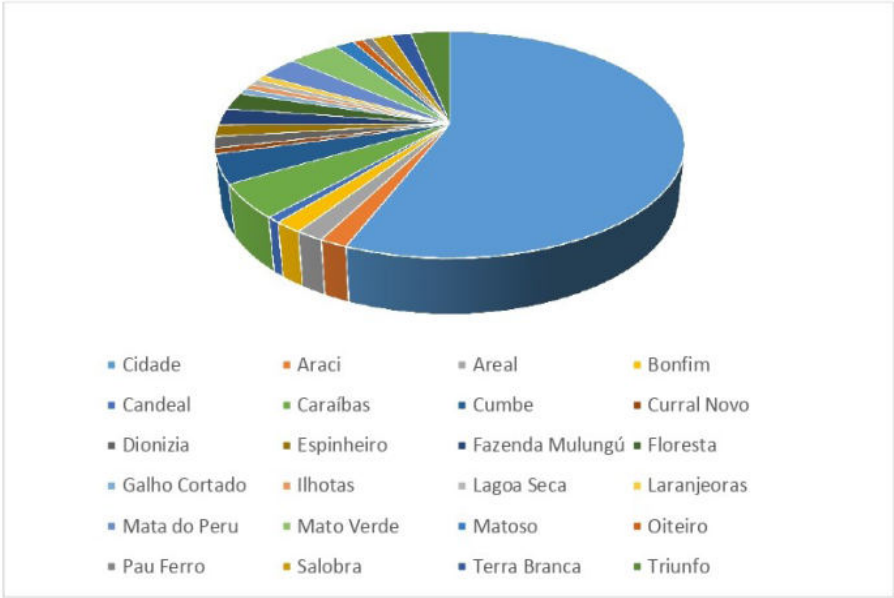
Conseguimos apurar um número significativo de estudantes com endereços de outros municípios. No que se refere ao estado de Sergipe, 67 (sessenta e sete), enquanto que, do estado da Bahia, vieram dar continuidade aos estudos, 27 (vinte e sete). Entre os endereços que mais aparecem dos municípios sergipanos está o de Pinhão/SE, sendo que de lá procederam 31 (trinta e um) futuros ginásianos. No tocante aos endereços dos baianos, Paripiranga/BA se destaca, pois vieram 19 (dezenove) alunos para os bancos escolares do Industrial.

Outras duas tipologias documentais obrigatórias para os estudantes regidos pela LDB nº 6.024/1961 no ato da matrícula são o atestado de vacinação (principalmente contra a varíola) e o atestado de saúde física e mental. De acordo com Graça (2002), seria um mecanismo para afastar os alunos com deficiência dos bancos escolares. Entre os 350 (tre-

zentos e cinquenta) prontuários da amostra da pesquisa, foi encontrado de uma estudante que possuía uma deficiência física na perna esquerda ocasionada pela poliomielite. Mas isto não foi motivo para o não-sucesso escolar. Entre reprovações e desistências, a aluna logrou êxito no curso ginásial, concluindo-o após 06 (seis) anos.

No que se refere ao local de nascimento dos ginásianos do Industrial, apurados nos 350 (trezentos e cinquenta) prontuários, a grande maioria nasceu no município de Simão Dias/SE. Era de se esperar em virtude da unidade de ensino ser dessa localidade. No total de 123 (cento e vinte três) alunos, 54 (cinquenta e quatro) nasceram na zona rural, existindo assim uma diversidade de localidades, como demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Lugar de nascimento dos ginásianos em Simão Dias/SE



Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial – anos: 1963 a 1977

Dentre os estudantes que nasceram em outros municípios sergipanos temos um total de 77 (setenta e sete), que estavam matriculados no curso Ginásial ou na segunda fase do 1º Grau do Industrial Dr. Carvalho Neto. A Tabela 1 apresenta esses números, levando em consideração ainda se o nascimento ocorreu nas zonas urbana ou rural.

Tabela 1 – Naturalidade dos ginásianos sergipanos

Cidade	Zona urbana	Zona rural
Aracaju	04	----
Capela	01	----
Carira	03	----
Cedro de São João	01	----
Cristinápolis	02	----
Estância	01	----
Frei Paulo	----	01
Itabaiana	----	01
Itaporanga d' Ajuda	01	----
Lagarto	03	04
Pedra Mole	02	01
Pedrinhas	10	----
Pinhão	11	16
Poço Verde	08	02
Porto da Folha	01	----
Propriá	01	----
Riachão do Dantas	01	----
Santa Luzia do Itanhy	01	----
Siriri	01	----

Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial – anos: 1963 a

1977

Existem uma maioria de estudantes que nasceram no espaço urbano – 52 (cinquenta e dois) versus 25 (vinte e cinco) que nasceram no meio rural. Deste total, na variedade de local de nascimento dos sergipanos tivemos 01 (um) aluno nascido em Capela, em Cedro de São João, em Estância, em Itaporanga d' Ajuda, em Porto da Folha, em Propriá, em Riachão do Dantas, em Santa Luzia do Itanhy, em Siriri, em Frei Paulo e em Itabaiana, sendo que nestes dois últimos municípios, os ginásianos nasceram na zona rural.

Na capital sergipana, da cidade de Aracaju, nasceram 04 discentes industriais. Da cidade sertaneja de Carira, vieram ao mundo 03 (três), enquanto que da cidade de Cristinápolis, ao sul do Estado, temos 02 (dois) discentes. O mesmo número de alunos nasceu nas cidades de Pedrinhas e de Poço Verde – 10 (dez), entretanto desta tivemos 08 (oito) nascidos na cidade e dois na zona rural, enquanto que naquela, todos nasceram na cidade.

Lagarto e Pinhão, municípios que se limitam com Simão Dias, teremos o número dos nascidos no meio rural maior dos que nasceram na zona urbana. Vieram para o Industrial 07 (sete) lagartenses, sendo que 04 (quatro) chegaram ao mundo em pleno meio agrário. Quando vemos os números dos nascidos em Pinhão, fica explícito que de lá veio o maior número. Com um total de 27 (vinte e sete) nascimentos, destes 16 (dezesseis) tiveram como local de nascimento o meio rural. Inclusive, um número maior do que qualquer outro município sergipano. Chama-nos atenção também que os lugares de maior procedência do mundo rural pinhãoense foram as localidades denominadas Serra Solteira e Beija-flor com 08 (oito) e 04 (quatro) estudantes, respectivamente.

No que se refere aos ginásianos nascidos fora do estado de Sergipe, a Tabela 2 apresenta esta síntese.

Tabela 2 – Ginasianos não-sergipanos

Estado	Cidade	Zona urbana	Zona rural
Alagoas	Mata Grande	1	---
Bahia	Cícero Dantas	6	3
Bahia	Adustina	4	---
Bahia	Alagoinhas	1	---
Bahia	Antas	1	---
Bahia	Paripiranga	21	16
Bahia	Fátima	1	1
Bahia	Coronel João Sá	1	---
Bahia	Feira de Santana	1	---
Bahia	Heliópolis	3	---
Bahia	Itabuna	2	---
Bahia	Itapetinga	1	---
Bahia	Itapicuru	1	---
Bahia	Paulo Afonso	1	---
Bahia	Ribeira do Pombal	2	2
Bahia	Rio Real	2	---
Bahia	Salvador	7	---
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	3	---
São Paulo	São Paulo	2	---

Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial – anos: 1963 a 1977.

A grande maioria daqueles estudantes que cursaram o Industrial, cujo nascimento foi proveniente de outros municípios para além das fronteiras de Sergipe, veio da Bahia. Foi do município de Paripiranga/BA, limítrofe com o de Simão Dias/SE, onde mais nasceram os baianos que estudaram nessa unidade escolar, no total de 37 (trinta e sete), sendo o número de nascidos na cidade um pouco maior do que os nascidos na zona rural. Estes foram 16 (dezesseis) e aqueles 21 (vinte e um).

Já em se tratando de um comparativo entre as zonas urbana e rural, daqueles que nasceram em Ribeira do Pombal temos metade, ou seja, do total de 04 (quatro) alunos, 02 (dois) nasceram na cidade e 02 (dois) nasceram na zona rural. Situação igual para os nascidos em Fátima, sendo 01 (um) na cidade e 01 (um) na zona rural, totalizando 02 (dois). Porém, os ginásianos do Industrial que nasceram em Cícero Dantas, no total de 09 (nove), mais da metade, (06) seis, nasceram na cidade, enquanto que 03 (três) vieram ao mundo no espaço agrário. Os demais alunos são nascidos no espaço urbano das demais cidades sendo 07 (sete) na capital baiana – Salvador, 04 (quatro) em Adustina, 03 (três) em Heliópolis, 02 (dois) em Itabuna e no Rio Real e 01 (um) nos demais municípios de Antas, de Alagoinhas, de Coronel João Sá/BA, de Feira de Santana, de Itapetinga, de Itapicuru e de Paulo Afonso.

Além destes municípios, o Ginásio Industrial teve alunos provenientes de outros recintos: das Alagoas, veio 01 (um) do município de Mata Grande, e das capitais paulista e fluminense, vieram 2 (dois) e 3 (três), respectivamente.

Dos estudantes analisados, encontramos apenas 04 (quatro) ocorrências cujo estado civil era casado, pois a certidão de casamento fazia parte do conjunto de documentos do prontuário. Entre estes alunos havia um homem de 32 anos, negociante, que requereu matrícula na 5ª série em 1972, porém deixou de frequentar, sendo, portanto, considerado

como desistente. Os outros 03 (três) eram mulheres: a primeira tinha 21 anos, cuja vida escolar resumiu-se entre 1967 e 1968 quando estudou com aprovação a 1ª e 2ª séries do Ginásio, porém não requereu matrícula para a série seguinte; a segunda estudante casada, tinha 34 (trinta e quatro) anos, requereu matrícula para a 5ª série do curso de 1º Grau em 1973, porém desistiu de continuá-lo e a última, logrou êxito nos estudos, pois concluiu o curso Ginásial, sem reprovações ou desistência, aos 20 (vinte) anos, em 1969.

Vida Escolar

Três substantivos definem a vida escolar que se espera para cada estudante: o acesso, a permanência e o sucesso. O primeiro está relacionado à forma de ingresso, sendo que no caso do curso Ginásial, amparado no artigo 36 da Lei nº 4.024/1961, através de Exames de Admissão e posterior matrícula caso tenha obtido aprovação (BRASIL, 1961) e no curso de 1º Grau (Lei nº 5.692/1971) apenas pela matrícula, segundo o artigo 20 da referida Lei (BRASIL, 1971). Outra forma de entendimento de acesso é aquela que se dá por transferência, neste caso, é o acesso a outra unidade escolar congênere sem perda das séries estudadas, o que pode ser entendido também por permanência nos estudos. A desistência e a reprovação são vistas como mecanismos de interrupção da permanência escolar, dado que o não retorno destes alunos no ano seguinte, concretiza a interrupção dos estudos. O sucesso escolar se caracteriza pela conclusão do curso, uma vez que atende as necessidades dos alunos (FRASSON, 2013) lembrando que, reprovações e desistências ocorridas na trajetória da vida escolar, se superadas com a retomada, possibilitam também o sucesso escolar, ou seja, a conclusão é entendida como sucesso. Neste sentido, “entendido como pleno desenvolvimento do educan-

do” (FRASSON, 2013, p. 8).

Estudos anteriores

Conforme determina o artigo 36 da LDB nº 4.024/1961, o acesso ao Curso Ginásial (1º Ciclo da etapa Secundária) dava-se através de Exames de Admissão (BRASIL, 1961). Era condição fundamental, para que o candidato pudesse se inscrever, a comprovação dos estudos anteriores, ou seja, o curso primário. Nesse caso, duas eram as formas de tal comprovação: atestado ou certificado de conclusão, este era emitido pelo diretor da unidade escolar a qual o aluno concluiu; geralmente expedido por um professor primário, não necessariamente aquele que o estudante teve em seu último ano de conclusão (4ª série Primária), isto porque, em alguns casos os estudantes podiam realizar cursos preparatórios para o Exame de Admissão. Em Aracaju/SE, por exemplo, no que se refere aos preparatórios eram.

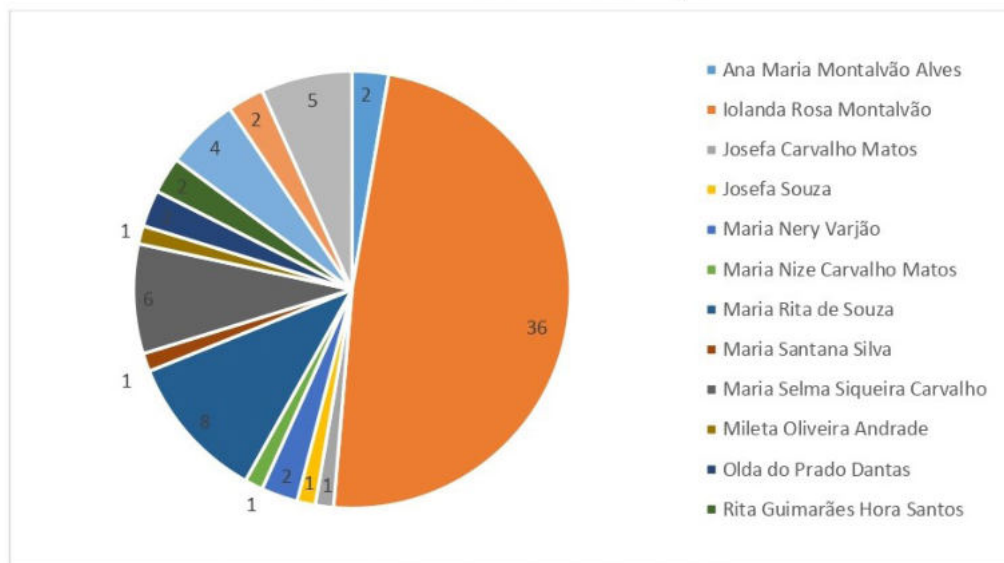
[...] muitas vezes ministradas por velhas professoras primárias conhecidas e renomadas na cidade [...]. Sua clientela, além de constituir-se de alunos que cursavam a 4ª série elementar, era garantida, basicamente, pelo elevado número de estudantes que não conseguiam aprovação no primeiro exame ao qual [se] submeteu (GRAÇA, 2002, p. 61).

De todos os prontuários analisados na fase da pesquisa, localizamos o caso de uma determinada aluna que fez preparatórios para admissão em novembro de 1970 com a supervisão da professora Enedina Chagas Silva.

No tocante aos alunos submetidos aos Exames de Admissão ao Ginásio Industrial, 15 (quinze) professoras primárias atestaram “satisfa-

tória educação primária” a 74 (setenta e quatro) estudantes, conforme podemos observar no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Emissão de atestados de estudos primários



Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial – anos: 1963 a 1977.

É interessante observar que algumas dessas professoras tinham ligação com o Centro Educacional de Simão Dias, isso porque além de manter o Ginásio Industrial, a entidade também realizava estudos preparatórios para o Exame Admissão. Podemos, assim, entender o grande número de alunos atestados pela professora Iolanda Rosa Montalvão pois a mesma acumulava as funções de secretária escolar do Industrial e a presidência do Centro Educacional de Simão Dias (entidade que mantinha o Industrial), além de ministrar aulas de Educação Física no curso Ginasial.

Já a professora Olda do Prado Dantas exercia a função de vice-

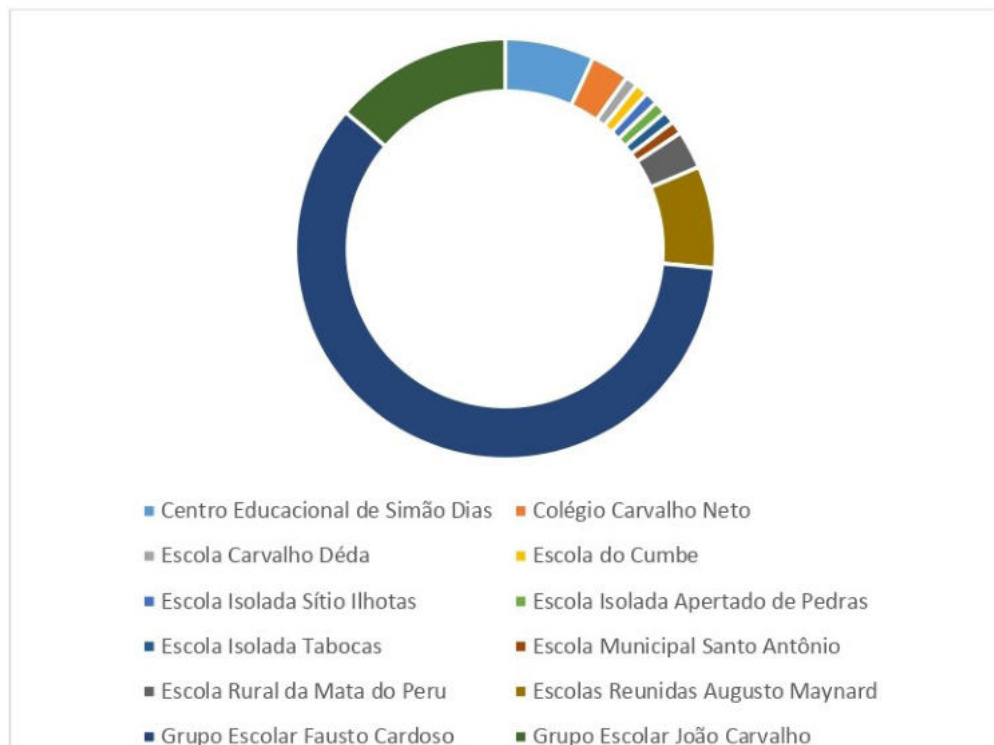
-diretora, além de ter ministrado aulas de Português. O próprio diretor, Dr. Lauro Ferreira do Nascimento, ministrava aulas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira. Para além dessas professoras exibidas no Gráfico 2, a documentação escolar nos apresenta nomes de educadoras que atestaram a formação primária em outros municípios para além dos limites de Simão Dias.

Em território sergipano temos, de Pedrinhas, 03 (três) alunos atestados pela professora Paroquiza Batista Nascimento e 01 (um) pela professora Zilda Farias Lopes; de Poço Verde 02 (dois) estudantes tiveram a formação primária referendada por Vilma Maria Xavier de Jesus e 01 (um) por Rosimeire Oliveira Santos; e, de Pinhão, a docente Sirineia Batista dos Santos validou os estudos primários de 01 (um) aluno.

No que se refere aos municípios baianos, 01 (um) teve a sua educação primária atestada por Elza Carvalho Vidal da cidade de Salvador; outro, procedente de Fátima, foi atestado por Eusa Pires de Santana. Já de Cícero Dantas tivemos um único caso que o atestado de escolaridade foi assinado por um professor do sexo masculino, o professor Antônio Eurildes de Sales Amaral. Entretanto, foi do município fronteiro de Paripiranga que tivemos a maior variação de docentes: Josefa Virgens Araújo, Maria José dos Santos Lima e Maria Therezinha Lima Dias, cada uma delas, atestaram 01 (um) estudante.

Outras formas de comprovação dos estudos anteriores davam-se através de Certificado de Conclusão do Curso Primário (LDB nº 4.024/1961), após o aluno ser avaliado por uma banca examinadora ou através de transferência para as quatro últimas séries do Curso de 1º Grau (LDB nº 5.692/1971). Nesse sentido, o Ginásio Industrial recebeu alunos provenientes de diversas escolas entre os anos de 1963 a 1977, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Unidades Educacionais em Simão Dias/SE



Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial – anos: 1963 a 1977

O Gráfico 3 apresenta, de forma ilustrativa, dentro da nossa amostragem de 350 (trezentos e cinquenta) prontuários, o número de 104 (cento e quatro) estudantes que realizaram os estudos anteriores em escolas localizadas no município de Simão Dias/SE. Entre elas encontram-se unidades escolares públicas (municipal ou estadual), da CNEC (Colégio Carvalho Neto) e particular, da zona urbana e rural.

Das escolas rurais das Ilhotas, do Cumbe, do Apertado de Pedras, da Tabocas e da municipal Santo Antônio vieram 01 (um) aluno de cada e da Mata do Peru, 03 (três). Já aquelas unidades de ensino localizadas dentro da cidade, temos os seguintes números: da escola da CNEC e

da estadual Carvalho Déda 03 (três) alunos respectivamente, do Centro Educacional 07 (sete) estudantes, da particular Augusto Maynard 08 (oito) e da estadual João Carvalho o quantitativo de 14 (quatorze) discentes. É importante destacar que o maior número é advindo do Grupo Escolar Fausto Cardoso, visto que era a escola mais tradicional em virtude de ser a mais antiga no município, a qual foi fundada em 1925 no Governo de Graccho Cardoso (1922-1926), reunindo diversas escolas isoladas do município (OLIVEIRA, 2016).

A oferta de disciplinas profissionalizantes (Artes Industriais e Atividades Agrícolas) alinhada ao internato (Casa do Estudante) possibilitaram a vinda de estudantes de outros municípios do estado de Sergipe e do estado da Bahia. A Tabela 3 apresenta a síntese do quantitativo de alunos provenientes dos outros municípios e suas respectivas unidades de ensino.

Tabela 3 – Procedência escolar para o Industrial

Cidade	Escola de procedência	Alunos
Adustina/BA	Escola Estadual Rural Castro Alves	2
Cícero Dantas/BA	Escola Rural Duque de Caxias	1
Cristinápolis/SE	Grupo Escolar Cel. Otávio de Souza Leite	2
Itabaiana/SE	Educandário N. Sra. Menina	1
Lagarto/SE	Educandário N. Sra. Da Salete	1
N. Sra. do Socorro/SE	Escola Maximino Maciel (Cidade de Menores Getúlio Vargas)	1
Paripiranga/BA	Escola Estadual de Paripiranga	3
Paripiranga/BA	Escola Estadual Rural de Conceição do Saco	1
Paripiranga/BA	Escola Isolada Matriz	1
Paripiranga/BA	Escola Rural Chico Pereira	1
Paripiranga/BA	Escolas Reunidas Prof. Francisco de Paula Abreu	1
Paulo Afonso/BA	Educandário Brasil	1
Pedra Mole/SE	Escolas Reunidas Senador Lourival Fontes	2
Pedrinhas/SE	Grupo Escolar Dr. Jessé Fontes	5
Pinhão/SE	Grupo Escolar Major José Antônio	29
Poço Verde/SE	Escola Isolada do Povoado São José	1
Poço Verde/SE	Grupo Escolar Rural Sebastião da Fonseca	7
Salvador/BA	Centro Social Santa Terezinha	1
São Cristóvão/SE	Escolas Reunidas Otoniel Amado	1
Fátima/BA	Escola Monsenhor Renato Galvão	1

Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial – anos: 1963 a 1977

Em nossa amostragem, de 350 (trezentos e cinquenta) prontuários de alunos, 63 (sessenta e três) tiveram seus estudos anteriores em estabelecimentos de outros municípios. Os dados apresentados na Tabela 3 mostram uma variedade de tipologias escolares, sejam elas rurais ou urbanas, reunidas ou isoladas, ligadas ao poder público (municipal ou estadual), particulares, assistencialista ou filantrópica e também, para jovens infratores, como é o caso do internato Maximino Maciel, localizado na zona rural do município sergipano de N. Sra. do Socorro.

No que se refere às escolas rurais, o maior número de alunos veio do Grupo Escolar Sebastião da Fonseca em Poço Verde/SE, com 07 (sete) estudantes. As outras escolas rurais possuem uma variação de 02 (dois) estudantes, como é o caso da escola de Ajustina/BA (Castro Alves) ou de um único estudante, a exemplo da Escola Rural do Povoado Saco (atualmente Conceição de Campinas) em Paripiranga/BA. É desta cidade que podemos ver o maior número de estabelecimentos, 05 (cinco) no total, dos quais 07 (sete) discentes vieram para o Industrial.

Ao contabilizarmos os 63 (sessenta e três) alunos, conforme identificados ainda na Tabela 3, uma minoria provinha do estado da Bahia – 13 (treze) apenas enquanto que, dos municípios sergipanos vieram 50 (cinquenta). Com exceção de 01 (um) aluno que fez os estudos anteriores em Salvador e outro proveniente de uma escola de Paulo Afonso/BA, sendo estes os pontos mais longínquos, os demais municípios baianos estão em região mais próxima ao município simão-diense: Ajustina, Cícero Dantas, Paripiranga e Fátima, dado que as unidades escolares destes municípios encaminharam 11 (onze) estudantes.

De Sergipe, temos alunos oriundos de instituições escolares de 07 (sete) municípios (Cristinápolis, Itabaiana, Lagarto, N. Sra. do Socorro, Pedra Mole, Pedrinhas, Pinhão, Poço Verde e São Cristóvão) que no conjunto proveram 50 futuros ginasianos ao Industrial. Explicitamente,

do Grupo Escolar Major José Antônio, da cidade de Pinhão, a noroeste de Simão Dias, deu continuidade aos seus estudos no Ginásio Industrial o maior número de discentes, sendo eles 29 (vinte e nove) entre os anos de 1963 a 1977, considerando a nossa amostragem.

Era feita pelo diretor, a expedição dos Certificados de Conclusão do Curso Primário (LDB nº 4.024/1961) ou das Guias de Transferências da 4ª série para a 5ª série (LDB nº 5.692/1971), em virtude da não oferta de todo o 1º Grau num determinado estabelecimento escolar. Sendo que, este, de acordo com a LDB nº 4.024/1961, em seu artigo 42, deveria ser um “educador qualificado” (BRASIL, 1961). O ato de certificar está relacionado à veracidade e compete a uma autoridade (AULETE, 2011, p. 313), por isto que a certificação de escolaridade é um ato que compete àquele que dirige a unidade de ensino.

Façamos então, a análise dos diretores que expediram documentos de estudos anteriores, garantindo assim a matrícula no Exame de Admissão ao Curso Ginásial (Lei nº 4.024/1961) ou na 5ª série do Ensino de 1º Grau (Lei nº 5.692/1971) no Industrial Carvalho Neto, conforme ilustrado na tabela 4.

Tabela 4 – Emissão de Certificados e Guia de Transferências (município de Simão Dias/SE)

Escola de procedência	Certificação	Quantidade
Centro Educacional de Simão Dias	Iolanda Rosa Montalvão (presidente)	1
Colégio Carvalho Neto	Antonio Ferreira Filho	2
Escola do Cumbe	Josefa Lourdes Conceição	1
Escola Isolada Aglomerado Sítio Ilhotas	Otelina Augustinha de Azevedo	1
Escola Isolada Apertado de Pedras	Maria Amélia de Andrade	1
Escola José de Carvalho Déda	Maria Nailda Carvalho Matos	2
Escola José de Carvalho Déda	Maria Tereza dos Santos	1
Escola Rural da Mata do Peru	Valdomiro Ribeiro	2
Escolas Reunidas Augusto Maynard	Ana Lúcia de Carvalho	1
Escolas Reunidas Augusto Maynard	Nair Santa Bárbara	7
Grupo Escolar Fausto Cardoso	Maria Nize Carvalho Matos	14
Grupo Escolar Fausto Cardoso	Matilde Dortas Rodrigues	43
Grupo Escolar João Carvalho	Josefina Santana	10
Grupo Escolar João Carvalho	Maria Lúcia da Conceição Santos	4
Grupo Escolar João Carvalho	Maria Nize Carvalho Matos	1

Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto – 1963 a 1977.

É interessante observar na Tabela 4 que, apenas dois casos de dirigentes escolares couberam a duas pessoas do sexo masculino. É o caso do diretor do Colégio Carvalho Neto (antigo Ginásio Carvalho Neto) da CNEC, Antônio Ferreira Filho que passou a certificação das quatro primeiras séries do Ensino de 1º Grau para 02 (dois) estudantes que se matricularam no Industrial. Situação igual a de Valdomiro Ribeiro, dirigente da escola do povoado Mata do Peru, que certificou 02 (dois) alunos que vieram continuar seus estudos no Industrial.

Com apenas 01 (um) único caso para a mesma escola temos os certificados expedidos pelas diretoras de unidades escolares do meio rural Josefa Lourdes Conceição, Otelina Augustinha de Azevedo e Maria Amélia de Andrade, dirigentes estas das escolas do Cumbe, das Ilhotas

e do Apertado de Pedras, respectivamente.

Considerando que a função de diretor é rotativa, percebemos que para uma mesma escola, a certificação ocorreu por mais de uma gestora. Da Escola Carvalho Déda, Maria Nailda Carvalho Matos e Maria Tereza dos Santos, ambas certificaram, respectivamente, 02 (dois) e 01 (um) estudantes. Já na escola particular Augusto Maynard, temos 07 (sete) certificados expedidos por Nair Santa Bárbara e, posteriormente, 01 (um) certificado expedido pela sua sucessora, Ana Lúcia de Carvalho.

Tendo em vista a antiguidade do Fausto Cardoso e por estar muito tempo exercendo a função de diretora, Matildes Dortas Rodrigues passou declaração de veracidade, principalmente de conclusão do Curso Primário, para 43 (quarenta e três) futuros ginásianos do Industrial. Ainda no Fausto Cardoso, a sua substituta, Maria Nize Carvalho Matos expediu 14 (quatorze) certificados, no entanto, posteriormente, ela foi dirigir o Grupo Escolar João Carvalho, certificando, dentro da nossa amostragem, 01 (um) estudante. Antes, de forma cronológica, o “Grupo Novo” foi dirigido por Josefina Santana e em seguida por Maria Lúcia da Conceição Santos. Elas certificaram 10 (dez) e 04 (quatro) estudantes, respectivamente, que passaram para o Ginásio Industrial.

Um fato perceptível é que duas irmãs exerceram a função de diretora: Maria Nize Carvalho Matos e Maria Nailda Carvalho Matos. Outro fato notado é que temos um caso de que a certificação fora passada não por uma diretora, mas sim por uma presidente de associação, como já havíamos tratado, a professora Iolanda Rosa Montalvão dirigente do Centro Educacional de Simão Dias que, além de ser a entidade mantenedora do Ginásio Industrial, possuía turmas das séries iniciais do 1º Grau.

É interessante observar que algumas professoras, citadas no decorrer deste texto ou representadas no gráfico de atestados de estudos primários, passaram a exercer a função de diretora de estabelecimentos de

ensino. A Exemplo disto temos Iolanda Rosa Montalvão, Maria Nery Varjão e Maria Nize Carvalho Matos, demonstrando assim a ascensão na carreira do magistério.

Tabela 5 – Emissão de Certificados e Guias de Transferência (outros municípios sergipanos)

Escola de procedência	Cidade	Certificação	Quantidade
G.E. Cel. Otávio Souza Leite	Cristinápolis	Arnaldo de Matos Conceição, padre	2
Educandário N. Sra. Menina	Itabaiana	Maria Meneses Santos	1
Educandário N. Sra. Da Salete	Lagarto	Maria Erundina Mota e Sousa	1
Esc. Maximino Maciel (Cidade de Menores Getúlio Vargas)	N. Sra. Do Socorro	Arlete de Oliveira Meneses	1
Esc. Reunidas Sen. Lourival Fontes	Pedra Mole	Maria Anatólia dos Santos	2
G.E. Dr. Jessé Fontes	Pedrinhas	Maria do Carmo Alves Costa	1
G.E. Dr. Jessé Fontes	Pedrinhas	Paroquiza Batista Nascimento	1
G.E. Dr. Jessé Fontes	Pedrinhas	Zilda Farias Lopes	3
G.E. Major José Antônio	Pinhão	Anita Passos de Oliveira	22
G.E. Major José Antônio	Pinhão	Maria de Lourdes Fraga	7
Esc. Isolada do Povoado São José	Poço Verde	Zilma de Almeida Teles	1
G.E. Rural Sebastião da Fonseca	Poço Verde	João de Oliveira	5
Esc. Reunida Otoniel Amado	São Cristóvão	Agnalia Matias Sales	1

Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto – 1963 a 1977.

Para o Industrial, provieram alunos de outros municípios sergipanos. Neste sentido, faz-se assim necessário, após quantificados, passarmos a “ler” esses números. Vejamos então as certificações demonstradas na Tabela 5.

Do N. Sra. Menina em Itabaiana, do N. Sra. da Salete em Lagarto e do Otoniel Amado em São Cristóvão, as respectivas diretoras Maria Meneses Santos, Maria Erundina Mota e Sousa e Agnalia Matias Sales certificaram cada uma, apenas 01 (um) estudante; número este entre os 145 (cento e quarenta e cinco) resultados na nossa amostragem. Também 01 (um) único aluno veio da Cidade de Menores Getúlio Vargas/SE, entidade que mantinha em sistema de internato, crianças e adolescentes pobres e infratores. Essa mesma instituição mantinha uma escola de ensino primário (BISPO, 2010).

O padre Arnaldo de Matos Conceição, do Grupo Escolar Souza Leite (Cristinápolis/SE) e Maria Anatólia dos Santos, dirigente das Escolas Reunidas Lourival Fontes (Pedra Mole/SE) foram responsáveis pela certificação dos estudos que propiciaram o acesso ao Industrial de 02 (dois) alunos, respectivamente. As assinaturas de 03 (três) gestoras do Dr. Jessé Fontes em Pedrinhas configuraram em 05 (cinco) certificados, além disso foram expedidos por Maria do Carmo Alves Costa e Paroquiza Batista Nascimento – ambas com 01 (um) e Zilda Farias Lopes com 03 (três). As duas últimas, também configuram em nossos prontuários também como professoras primárias.

De Poço Verde temos certificados expedidos de duas escolas rurais, enquanto que Zilma de Almeida Teles na direção da Escola Isolada do Povoado São José expediu a certificação de 01 (um) aluno e no Grupo Sebastião da Fonseca, o professor e diretor João de Oliveira habilitou 05 (cinco) futuros ginásianos do Industrial.

Entretanto, é de Pinhão, município fronteiro de Simão Dias, que

foram certificados pelos gestores do Grupo Escolar Major José Antônio o maior número de estudantes que vieram para o Industrial, um total de 29 (vinte e nove). Primeiramente, Maria de Lourdes Fraga certificou 07 (sete) discentes enquanto que, a sua substituta, Anita Passos de Oliveira, autorizou o prosseguimento dos estudos a 22 (vinte e dois) alunos.

Para além destes estudantes certificados em unidades de ensino dos municípios sergipanos, 06 (seis) outros vieram do estado da Bahia, sendo que de Cícero Dantas, a diretora D'Alva Carvalho Dantas; de Paulo Afonso, a gestora Natalice Barreto dos Anjos e de Fátima/BA, a administradora escolar Francisca das Virgens Reis, certificaram juntas 03 (três) alunos. Porém, devido à proximidade de 07 (sete) quilômetros que separam a sede do município de Simão Dias/SE com o de Paripiranga/BA, de lá vieram 03 estudantes dos quais 02 (dois) destes, da Estadual de Paripiranga, sob a direção de Claudionora Carvalho Santos e 01 (um) da Escola Rural Chico Pereira, cujo certificado foi expedido por Maria Lourdes Lima Araújo, conforme podemos observar na Tabela 6.

Tabela 6 – Emissão de Certificados e Guias de Transferência (municípios baianos)

Escola de procedência	Cidade	Certificação	Quantidade
Esc. Rural Duque de Caxias	Cícero Dantas	D'Alva Carvalho Dantas	1
Esc. Est. De Paripiranga	Paripiranga	Claudionora Carvalho Santos	2
Esc. Rural Chico Pereira	Paripiranga	Maria de Lourdes Lima Araújo	1
Educandário Brasil	Paulo Afonso	Natalice Barreto dos Anjos	1
Esc. Mons. Renato Galvão	Vila de Fátima	Francisca das Virgens Reis	1

Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto – 1963 a 1977

Os Exames de Admissão enquanto acesso ao curso Ginásial

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, a educação básica estava organizada em duas etapas: primário e secundário, a qual era dividida em dois ciclos: curso Ginásial e curso Médio. O acesso do estudante do curso primário para o curso ginásial dava-se através de Exames de Admissão, visto que, estes verdadeiros vestibulares, ao olhar da professora Graça (2002), tinham uma importância fundamental para o contexto educacional da época, pois possibilitava a continuidade dos estudos além de que, em grande parte, os cursos ginásiais ofertavam disciplinas práticas profissionalizantes, proporcionando uma formação técnica. Entretanto, a continuidade de estudos para muitos não seria possível, uma vez que, os exames visavam a seleção para um número inferior de vagas ao desejável, portanto, eram considerados excludentes (GAMA; ALMEIDA, 2018).

Vejamos, em números, na Tabela 7, o quantitativo de estudantes e seus respectivos resultados nos Exames de Admissão prestados no Ginásio Industrial.

Ao todo, o Ginásio Industrial realizou 14 (quatorze) Exames de Admissão entre os anos de 1963 e 1976. Destes, eram obrigatórios, de acordo com a LDB nº 4.024/1961, até o ano de 1971 quando foi promulgada uma nova legislação que extinguiu os Exames de Admissão, unificando os cursos Primário e Ginásial, transformando-os numa única etapa (1º Grau), com duração mínima de 08 (oito) anos. Entretanto, por ser uma escola particular, ela acabou organizando, a partir de 1972, avaliações para ingresso na 5ª série, controlando assim o acesso dos seus futuros estudantes. Nos anos seguintes, de 1974 a 1976, conforme vimos em alguns prontuários de alunos, a escola passou a fazer testes de seleção para um número muito pequeno de alunos. Entretanto, não sabemos

quais os motivos e critérios que levaram a tal ação. É necessário assinalar que o ano que se observa na Tabela 7 refere-se ao ano letivo que se pretende seguir com a aprovação na admissão.

Tabela 7 – Exames de Admissão do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto

Ano	Total	Homem	Ap	Rep	Nc	Mulher	Ap	Rep	Nc
1963	29	6	6	----	----	23	22	----	1
1964	48	19	18	----	1	29	26	2	1
1965	55	25	19	2	4	30	25	2	3
1966	76	45	38	1	6	31	29	1	1
1967	87	57	33	6	18	30	21	5	4
1968	94	59	41	7	11	35	27	6	2
1969	87	58	44	3	11	29	25	2	2
1970	69	36	27	1	8	33	31	--	2
1971	107	57	45	6	6	50	43	5	2
1972	84	43	38	1	4	41	40	--	1
1973	61	34	32	--	2	27	26	1	--
1974	7	3	3	--	--	4	4	--	--
1975	7	4	4	--	--	3	3	--	--
1976	18	11	11	--	--	7	7	--	--
TOTAL	829	457	359	27	71	372	329	24	19

Legenda: Ap – aprovado; Rp – reprovado e Nc – não compareceu

Fonte: Livro de Atas dos Exames de Admissão do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto (1963-1976)

O primeiro Exame de Admissão, considerado de 2ª Época, ocorreu de forma tardia entre os dias 07 e 08 de maio de 1963. Foi o que teve menos concorrência. Provavelmente os candidatos a tal certame não realizaram o Exame de Admissão no Ginásio Cenecista (fundado em Simão Dias no ano de 1958) ou se o fizeram, não lograram êxito.

Em linhas gerais, podemos perceber na Tabela 7, um crescimento de candidatos entre os anos de 1963 a 1971 (apesar de uma queda em 1969 e 1970). Esse crescimento do número de candidatos também se reflete entre homens e mulheres, ou seja, o aumento que se seguiu a partir de 1963 e quedas em 1969 e 1970 também foi igual. O maior número de candidatos ocorreu na seleção de 1971, um forte indício para esta grande concorrência deve ter sido a oferta de vagas, pela primeira vez, noturno.

Situação análoga à já descrita por Graça (2003, p. 61) em relação aos cursos ginasiais que funcionam em Aracaju à noite, atendendo assim a uma parcela da juventude que já exercia alguma função remunerada durante o dia.

No que se refere à concorrência entre homens e mulheres, nos 03 (três) primeiros anos (1963-1965), houve a participação do número de mulheres maior que o de homens, sendo que nos anos que se seguiram (1966 a 1973), estes passaram a ser a maioria.

Apesar do número total de candidatos em todos os exames ser de 829 (oitocentos e vinte e nove), estes não representam o número total de indivíduos, pois, muitas vezes, um candidato caso não conseguisse aprovação em um determinado ano requeria inscrição no ano seguinte. Nesse caso, os Exames eram realizados em duas “épocas”, possibilitando, assim, uma nova chance para o candidato que não alcançou a aprovação no primeiro momento ou na inscrição de novos candidatos ao Exame de Admissão.

Entretanto, apesar da Tabela 7 não apresentar, ao nos debruçarmos no Livro de Atas dos Exames de Admissão, vimos que ocorreu um maior número de aprovação sempre na 1ª Época (provas ocorridas em dezembro, com exceção do exame para o ano letivo de 1963) do que na 2ª Época (provas que ocorriam geralmente em fevereiro).

No que se refere ao não comparecimento, para efeito de cálculo, consideramos o candidato que, em ambas as épocas, não foi aprovado ou reprovado. Nesse sentido, se compararmos o número de ausentes ao número de reprovações, algo distinto ocorreu entre homens e mulheres. Enquanto que, para os homens, o número de reprovação foi menor que o não comparecimento; já entre as mulheres figuraram o número de não presentes, sendo que este número foi menor que o de não aprovadas, desse modo, o número de desistentes entre os homens foi maior do que

o das candidatas mulheres.

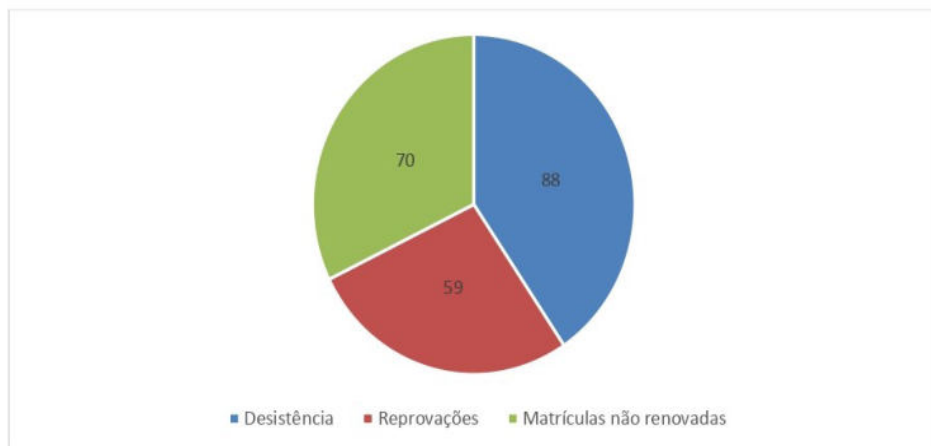
Mas, a aprovação no Exame de Admissão não significava continuidade dos estudos no Industrial. Entre os que foram aprovados, tivemos um total de 30 (trinta) que não requereram matrícula para 1ª série ginásial. Podemos compreender, com isso, duas situações: não deram continuidade aos estudos ou realizaram matrículas em outros estabelecimentos, o que não pode ser aferido a partir apenas dos prontuários a que tivemos acesso.

Todavia, existe um caso de uma estudante que, apesar da aprovação nos exames, provavelmente não conseguiu realizar a matrícula no curso Ginásial em virtude de ter 10 anos de idade. Nesse caso, a mesma não possuía idade suficiente, conforme a legislação – LDB nº 4.024/1961 – que determinava 11 (onze) anos como idade mínima (BRASIL, 1961). Outra situação ocorreu da seguinte forma: em 26/11/1970 a professora Enedina Chagas Silva atestou que uma aluna estava apta a fazer os Exames de Admissão, entretanto, em 22/01/1973, Maria Nize Carvalho Matos informa que a aluna não pode seguir para a próxima série (5ª) em virtude da não conclusão do ano letivo.

Interrupção dos estudos

A análise dos prontuários dos alunos, principalmente nas fichas de matrícula, possibilitou o entendimento de três principais motivos que levaram os ginásianos à não conclusão do curso, portanto, não alcançando o sucesso escolar no Industrial: a desistência, a reprovação e a não renovação da matrícula.

Gráfico 4 – Evasão



Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto – 1963-1977

Considerando a nossa amostragem de 350 (trezentos e cinquenta) prontuários, os índices de reprovação e desistência são bem próximos (Gráfico 4) e junta-se a estes, aqueles casos em que o aluno não requereu matrícula para série seguinte, isto é, não renovou a matrícula, mesmo tendo sido aprovado no ano anterior. Nas fichas de matrícula desses não há nenhuma observação do destino que tomaram.

Mais da metade do número da nossa amostragem de prontuários, isto significa, 217 (duzentos e dezessete) alunos tiveram seus estudos interrompidos por três motivos principais, conforme já citamos: desistência com 88 (oitenta e oito) casos, seguido por matrículas não renovadas, conforme ausência de observações nas fichas individuais dos discentes, número esse com 70 (setenta) incidências e em 58 (cinquenta e oito) ocorrências a reprovação obstruiu a vida escolar de parte dos ginasianos.

Entre os desistentes, temos os homens com maior incidência, visto que dos 88 (oitenta e oito) casos, 52 (cinquenta e dois) são do sexo masculino e 36 (trinta e seis) do sexo feminino. No que se refere a idade, ocorreu com maior frequência entre os estudantes com 16 (dezesesseis) anos, sendo que ao todo tivemos 15 (quinze) casos. A série com maior número de desistência deu-se na 1ª série ginásial ou 5ª série do 1º Grau com 48 (quarenta e oito) casos, enquanto, que na 4ª série ginásial ou 8ª série do 1º Grau os casos foram menores, apenas 04 (quatro) alunos deixaram de frequentar.

É interessante observar que a desistência ocorreu uma única vez na maioria dos casos: um total de 76 (setenta e seis) alunos. Outro dado acerca da desistência, é que ela ocorreu 36 (trinta e seis) vezes entre estudantes que tiveram uma única matrícula no Industrial, posto que, neste caso, ela se deu principalmente na 5ª série do 1º Grau, ou seja, posterior a 1971.

Em algumas ocorrências, as pessoas que manuseavam os prontuários tiveram a preocupação de anotar no campo de observação das fichas de matrícula o detalhamento da desistência. Em 1970, a professora Iolanda Rosa Montalvão, que exercia a função de secretária, escreveu o seguinte: “A aluna deixou de frequentar o estabelecimento na primeira semana de novembro sem causa justificada”. Outras informações encontradas foram em prontuários de 1975, quando uma aluna desistiu dos estudos para participar do Projeto Minerva (Supletivo através do rádio) e em 1976, a informação que uma determinada aluna frequentou apenas o 1º semestre.

O segundo maior motivo para ocorrer a interrupção da vida escolar dos estudantes do Ginásio Industrial foi a matrícula não renovada, isto significa que, apesar da aprovação no ano anterior, não foi encontrada nenhuma observação que apontasse o destino que tomou o aluno. Dos

70 (setenta) estudantes nesta situação, tivemos quase um equilíbrio entre homens e mulheres, pois estas tiveram 33 (trinta e três) ocorrências e aqueles 37 (trinta e sete). A não continuidade dos estudos com esse motivo aconteceu entre estudantes com 18 (dezoito) anos, totalizando 12 (doze) casos.

A matrícula não renovada para série seguinte deu-se em menor caso para aqueles que foram aprovados para a 4ª série ginásial ou 8ª série do 1º Grau, apenas 09 (nove) estudantes não solicitaram a renovação. Os maiores índices de não requerer matrícula ocorreram entre os estudantes que foram aprovados no Exame de Admissão, dos quais, 30 (trinta) candidatos que lograram êxito no referido exame não prosseguiram nos estudos.

Levando em consideração o número total de aprovados no Exame Admissão que foi de 688 (seiscentos e oitenta e oito), os que não requererem matrícula no Industrial seria menos de 5%. Analisando o contexto, podemos apontar que uma possível não realização da matrícula estava relacionada ao fato do ensino secundário ser pago. Porém, muitas vezes, os alunos com necessidades financeiras acabaram recebendo bolsas de estudo, situação análoga apontada pelas pesquisadoras Gama e Almeida (2018) em relação a um ginásio baiano.

O terceiro fator para a não continuidade dos estudos foi a reprovação, no total de 59 (cinquenta e nove) ocorrências, visto que, nessas também tivemos a maioria dos casos entre os homens, um total de 32 (trinta e duas) reprovações que motivaram a não continuidade dos estudos. Entre os não aprovados temos 12 (doze) casos que ocorreram entre os estudantes com 18 (dezoito) anos, a maior incidência no que se refere a idade. A série que mais reprovou os alunos e estes não continuaram os estudos foi a 1ª série Ginásial ou a 5ª série do 1º Grau com 28 (vinte e oito) casos, sendo que os maiores índices ocorreram 22 (vinte e duas)

vezes entre estudantes da 1ª série do Curso Ginásial e não entre os da 5ª série.

Na análise dos dados percebemos que aconteceram situações de reprovação até 04 (quatro) vezes na mesma série, entretanto, temos 29 (vinte e nove) estudantes que no único ano que foi matriculado no Industrial, a reprovação foi decisiva para cessar os estudos. Encontramos um caso em que foi colocado no prontuário a informação do motivo da reprovação: “Não teve direito de fazer 2ª Época em virtude das faltas de Educação Física”.

Para além das desistências, não renovação de matrícula ou reprovações, enquanto situações para a quebra da continuidade dos estudos, temos outros motivos em menor número que contribuíram para o não sucesso escolar. Em 1974, uma aluna que cursava a 8ª série não concluiu o 1º Grau, pois havia falecido ainda no 1º semestre. Em 1966, uma jovem de 20 anos solicitou o cancelamento de sua matrícula quando cursava a 2ª série Ginásial. O cancelamento também podia ocorrer quando da falta de comprovação de estudos anteriores: em 1973, um rapaz de 18 anos requereu matrícula na 8ª série, porém, sua matrícula foi condicionada a entrega de transferência de um ginásio de Salvador, como o mesmo não a trouxe, foi cancelada.

Transferências em curso

O artigo 100 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971 prevê que: “Será permitida a transferência de alunos de um para outro estabelecimento de ensino [...], feitas as necessárias adaptações de acordo com o que dispuseram” (BRASIL, 1971). Era a garantia que permitia aos estudantes, sem perda das séries logradas com êxito, mudar de um

estabelecimento para outro diante das suas necessidades educacionais.

Vejamos, então, esse fluxo de alunos que entraram e saíram do Industrial através do processo de transferência em curso. Dos 350 (trezentos e cinquenta) prontuários de ginásianos, destes 62 (sessenta e dois) foram transferidos de outras unidades escolares para o Ginásio Industrial (Tabela 8). Não estão entre estes, os alunos que foram transferidos a partir da implantação do curso de 1º Grau, pois os mesmos já tratamos quando decompomos sobre o acesso escolar. Dito de outra forma, a análise recaiu apenas nos alunos transferidos em curso para o Ginásio (1963 a 1972).

O Ginásio Industrial recebeu alunos transferidos provenientes de algumas cidades sergipanas e baianas. Porém, 01 (um) estudante é procedente da cidade piauiense de Picos; do estado da Bahia, foram transferidos para o Industrial 12 (doze) estudantes; 02 (dois) vieram de Alagoínas, porém de escolas diferentes: Colégio Santíssimo Sacramento e Centro Integrado Luiz Navarro de Brito; de Cícero Dantas também vieram 02 (dois), sendo ambos da mesma escola; dos Ginásios das cidades de Senhor do Bonfim, Salvador, Itapicuru e Itabuna vieram 04 (quatro) transferidos; do Ginásio Normal N. Sra. do Patrocínio do Coite, em Paripiranga, solicitaram transferências 04 (quatro) discentes.

Dos municípios sergipanos a grande maioria das transferências procede de Aracaju, ao todo foram 06 (seis) alunos procedentes de 06 (seis) unidades escolares diferentes. Desse número, seguem mais 08 (oito) estudantes, sendo 02 (dois) para cada um dos municípios de Riachuelo, Lagarto, Itabaianinha e Boquim. Os menores índices, apenas 01 (um) aluno, estão nos municípios de Carira, Cedro, Estância, Itabaiana, Itaporanga, Maruim, Poço Verde, Propriá e Riachão do Dantas.

O maior número de transferências de alunos para cursar o Ginásio no Industrial provém da escola concorrente da CNEG/CNEC, o Ginásio

Carvalho Neto, com 18 (dezoito) casos. Em um dos prontuários encontramos, no campo de observação consta a seguinte informação: “O aluno cursou o 1º semestre de 1974 (8ª série) no Colégio Carvalho Neto de Simão Dias, sendo transferido para o Industrial”.

Houve outras situações de transferências ocorridas na vida escolar dos alunos que se repetem, ou seja, houve a matrícula realizada em mais de uma unidade de ensino antes de se matricular no Ginásio Industrial, detectamos 07 (sete) casos. Vejamos alguns exemplos:

- a) uma carioca do município de Resende, após o Exame de Admissão nessa cidade, matriculou-se para cursar a 1ª série no Ginásio da Escola Normal N. Sra. da Piedade em Lagarto, posteriormente vem para o Industrial;
- b) dois estudantes fizeram o Exame de Admissão e a 1ª série no Ginásio Pio XII em Poço Verde, posteriormente foram transferidos 01 (um) para o Municipal Joselito Amorim em Feira de Santana/BA e o outro para o Comercial de Aracaju (SENAC) cursando a 2ª série, sendo que ambos se transferem para o Industrial simãodiense;
- c) Um terceiro caso deu-se da seguinte forma, após fazer o Exame de Admissão no Senhor do Bomfim em Aracaju, cursou da 1ª a 3ª série no Cenecista Carvalho Neto de Simão Dias e, posteriormente, foi transferido para o Industrial.

Tabela 8 – Transferências (1963-1972)

Cidade	Unidade de Ensino	Alunos
Alagoinhas/BA	Colégio Santíssimo Sacramento	1
Alagoinhas/BA	Centro Integrado Luiz Navarro de Brito	1
Aracaju/SE	Colégio Carvalho Neto	1
Aracaju/SE	Colégio Estadual Pres. Costa e Silva	1
Aracaju/SE	Escola Industrial de Aracaju	1
Aracaju/SE	C. Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus	1
Aracaju/SE	Colégio Pio Décimo	1
Aracaju/SE	Ginásio Fausto Cardoso	1
Boquim/SE	Ginásio Santa Terezinha	2
Carira/SE	Ginásio João Ribeiro	1
Cedro de S. João/SE	Ginásio São João Batista	1
Cícero Dantas/BA	Ginásio do Instituto Bom Conselho	2
Estância/SE	C. Estanciano do Instituto Diocesano	1
Itabaiana/SE	Ginásio Estadual de Itabaiana	1
Itabaianinha/SE	Ginásio Mons. Olímpio Campos	2
Itabuna/BA	Colégio Estadual de Itabuna	1
Itapicuru/BA	Ginásio Senador Pinto Dantas	1
Itaporanga/SE	Ginásio Nossa Senhora d' Ajuda	1
Lagarto/SE	Ginásio Laudelino Freire	2
Maruim/SE	Ginásio Maroinense	1
Paripiranga/BA	Ginásio Normal N. Sra. Patrocínio do Coité	4
Picos/PI	Colégio Comercial de Picos	1
Poço Verde/SE	Ginásio Pio XII	1
Propriá/SE	Ginásio Diocesano de Propriá	1
Riachão/SE	Ginásio Francisco Dantas	1
Riachuelo/SE	Ginásio Regional Alberto Sampaio	2
Salvador/BA	Colégio 2 de Julho	1
Senhor do Bonfim/BA	Seminário Menor Nossa Senhora de Lourdes	1
Simão Dias/SE	Ginásio Carvalho Neto	18

Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto: 1963-197

Na maioria das vezes, não são claros os motivos que levaram os alunos a se transferirem para o Industrial, podendo ter sido a mudança de endereço, conforme encontramos a informação no prontuário de 01 (um) estudante; a reprovação na escola anterior: temos 16 (dezesseis) alunos nessa situação; o cancelamento de matrícula na escola anterior: 01 (um) caso; ou outras situações, tais como: a inadaptação à escola, diminuição do poder aquisitivo, dentre outros.

Após realizada a matrícula por transferência pode ocorrer a dispensa de alguma disciplina pelo fato de o aluno já ter cursado na outra unidade escolar. Em 1972, um aluno foi transferido para a 8ª série em 23 de fevereiro. Após o início das aulas ele requereu dispensa da disciplina Francês por haver cursado em duas séries anteriores na outra unidade de ensino, sendo o pedido deferido.

Situação contrária também pode ocorrer, 01 (um) aluno, após ser transferido do Ginásio de Paripiranga para o Industrial na 6ª série, em 1975, teve que fazer adaptação curricular de E.M.C. referente à 5ª série, pois tal disciplina não foi vista na escola anterior.

Interessante observar que nas Guias de Transferência, além das informações referentes à identificação do aluno e o aproveitamento dos estudos, existe uma preocupação em apresentar à nova unidade escolar o caráter do transferido. Na maioria das vezes, são frases padronizadas, independentemente de qual escola o aluno esteja vindo: “Sempre revelou boa conduta”, “Tem bôa [sic] conduta, não havendo nada em desabono do seu caráter”, “Revelou-se sempre de bom comportamento”. Mas, também existiram aqueles gestores que passaram a escrever diferentes dos demais: “É pessoa de bons costumes, não existindo [...] qualquer fato ou ato [...] que desabone a sua conduta”, “Não cometeu nenhuma falta contra os bons costumes e a disciplina da casa”.

As transferências também ocorreram em sentido contrário, ou seja, tivemos alunos que saíram do Industrial antes da conclusão através de transferências para outras unidades congêneres. Porém, um número bem menor do que adentraram por esse dispositivo. Ao todo, apuramos 19 (dezenove) prontuários de alunos transferidos, nas mais variadas situações que motivaram tal ação.

Um aluno em 1971 após ser transferido do Ginásio Laudelino Freire de Lagarto para o Industrial decidiu ao fim do primeiro semestre, retornar para a escola de origem. Situação parecida já havia ocorrido anteriormente, em 1966, quando um estudante, após cursar um único semestre, retornou para a escola anterior, desta vez para Itapicuru/BA. Outra situação ocorreu em 1966 com um jovem de 15 (quinze) anos que estava cursando a 4ª série ginásial após ter sido transferido do Atheneu Sergipense para Simão Dias/SE, uma vez que, após alguns meses de aulas, sua transferência para a escola de origem deu-se por motivos de mudança de endereço da família. Na grande maioria das transferências, no total de 09 (nove), não foi registrado nenhum motivo, porém notamos que os alunos tinham sido reprovados na série anterior.

Tivemos um caso de transferência ex-officio, esta é feita não por solicitação do aluno, mas por interesse da unidade de ensino. No meio escolar essa transferência é conhecida popularmente por expulsão. Temos um caso em 1969, em que o aluno foi suspenso por causar perturbação, subversão e liderança contrária ao estabelecimento, sendo que na portaria de suspensão das atividades estabelecia que, caso não houvesse mudança de atitudes ocasionaria na transferência de unidade de ensino. Assim, posteriormente, a direção resolveu entregar-lhe a transferência alegando, dentre outras coisas, que estava seguindo as orientações do Ministério da Educação e Cultura. Vemos assim que os ideais do Estado Ditatorial alcançaram o município simãodiense.

Outras 03 (três) transferências foram requeridas na mesma data 29/04/1969: 02 (duas) alunas e 01 (um) aluno assim o fizeram. O que liga as quatro transferências é que ambos discentes eram da 4ª série ginásial, dado que no despacho do requerimento de transferência de uma delas foi feito o seguinte registro: “A aluna afastou-se do estabelecimento por haver tomado partido contra a direção [...]. Havendo arrependimento aceitaríamos o seu retorno”. Outro aluno da mesma turma também requereu transferência no dia seguinte, 30/04/1969.

A transferência, conforme já citamos, pode ser motivada pela reprovação. Em 19/01/1971, um aluno residente em Pedrinhas, requereu transferência para outra unidade de ensino alegando ter ficado em 2ª época – Matemática, entendia-se assim que o mesmo não iria fazer e por isto seria reprovado.

Na maioria das vezes, não se sabe para onde o aluno está sendo transferido. Mas, em um determinado prontuário de uma aluna, entre outros documentos, encontramos uma carta datada de 31/01/1969, onde a secretária Adelina Maria de Santana Souza (Ginásio Laudelino Freire - Lagarto) solicitou a “guia de transferência” para a 2ª série ginásial. Em outro prontuário também de uma aluna, matriculada em 1973, havia a informação que a mesma havia sido transferida ao término do 1º semestre da 7ª série de volta para o Colégio Pio Décimo.

Ainda em 1973, outro aluno foi transferido; em seu prontuário havia apenas a informação da cidade de destino: “Foi transferido em 28/07/1973 para Itabaiana/SE”. Situação análoga a outro prontuário que traz a informação: “Transferido para Paripiranga/BA em 02/02/1973”. Dois anos depois, uma aluna teve em seu prontuário a informação registrada que foi transferida, colocando também a escola de destino: “Foi transferido para o Colegio Carvalho Neto em 05/07/1975”. Outro motivo, de caráter ideológico, aconteceu no Industrial e ficou registrado no

prontuário de uma aluna. A mesma, através de sua tia, requereu transferência em 29/03/1972 em virtude de “não constar no currículo da 3ª série Geografia e História Geral”.

Concludentes e egressos

O sucesso escolar acontece quando se alcança a conclusão do curso. Uma vez que o sucesso escolar é compreendido “de forma a atender às necessidades dos alunos com o objetivo de torná-los competentes para o enfrentamento dos desafios que o progresso social irá trazer” (FRASSON, 2013, p. 29). Entre os 350 (trezentos e cinquenta) prontuários que foram corteados, identificamos 94 (noventa e quatro) concludentes do Curso Ginásial (LDB nº 4.024/1961) e/ou 1º Grau (LDB nº 5.692/1971). Destes, a maioria são estudantes homens, 61 (sessenta e um), seguindo assim o padrão da maioria de homens entre os 350 (trezentos e cinquenta) estudantes analisados.

A média de idade dos concludentes é de 19 (dezenove) anos, considerada um pouco acima da média de 18 (dezoito) anos entre os prontuários pesquisados – 350 (trezentos e cinquenta). Apenas 02 (duas) alunas concluíram o curso na idade escolar mínima de 14 (quatorze) anos – uma em 1971 e outra em 1975. Neste mesmo ano de conclusão, provém a aluna que tinha a maior idade entre todos os concludentes: uma senhora com 46 (quarenta e seis) anos.

A naturalidade dos concludentes é, em sua maioria, de sergipanos: 73 (setenta e três), visto que, destes, 53 (cinquenta e três) são simão-dienses, sendo que 14 (quatorze) nasceram na zona rural. Interessante destacar que entre os outros 21 (vinte e um) sergipanos concludentes do Industrial, 07 (sete) são naturais de Pinhão e 03 (três) de Poço Verde, municípios sergipanos limítrofes a Simão Dias/SE. Tratando-se do

município que faz fronteira com essa cidade, é de Paripiranga/BA, o segundo maior índice de concludentes. No total de 20 (vinte) alunos que concluíram os estudos, 09 (nove) são naturais dessa cidade baiana.

Mais ou menos 25 (vinte e cinco) alunos conseguiram a formação no Industrial devido a oferta da Casa do Estudante pela Unidade Escolar, com dormitório e refeições para aqueles alunos provenientes da zona rural ou de outros municípios para além de Simão Dias/SE. Esse número não é exato, pois, como colocamos anteriormente, ao tratar acerca da residência dos ginasianos, era escrito o próprio endereço da escola (rua Floriano Peixoto primeiramente e avenida Brasília ou Senador Leite Neto, posteriormente) para aqueles que utilizaram da oferta. Porém, podemos confirmar significativamente a importância da Casa do Estudante, para os concludentes.

Dos 94 (noventa e quatro) concludentes analisados, 74 (setenta e quatro) foram alunos do Ginásio Industrial durante toda a vida escolar ginásial (LDB nº 4024/1961) ou das quatro últimas séries do curso de 1º Grau (LDB nº 5692/1971). A trajetória destes concludentes, ou melhor, a sua vida escolar ocorrida nesta Unidade de Ensino pode ser analisada a partir do Gráfico 5.

Gráfico 5 - Vida escolar dos concludentes



Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto (1966-1977)

O índice de aproveitamento satisfatório foi de 55 (cinquenta e cinco) alunos, ou seja, os estudantes lograram êxito nas quatro séries cursadas. Eles estudaram no tempo mínimo de 04 (quatro) anos sem que houvesse, portanto, reprovação ou desistência em sua trajetória. No que se refere a reprovação, 17 (dezessete) ginásianos passaram por esta situação em alguma série, sendo que, destes, 04 (quatro) incidiram na reprovação por 02 (duas) vezes. Dos concludentes do ano de 1972, 02 (dois) tiveram registrados em seus respectivos prontuários a desistência em 01 (um) dos anos letivos; entretanto, os mesmos retornaram aos estudos, conseguindo lograr êxito no que se refere à conclusão do curso.

No tocante ao curso Ginásial ou as 04 (quatro) últimas séries do curso de 1º Grau, entre os 94 (noventa e quatro) concludentes ginásianos, 20 (vinte) alunos foram transferidos “em curso” para o Industrial, isto é, a sua vida escolar deu-se em mais de uma escola. Desses, apenas

01 (um) aluno foi reprovado antes de conseguir a conclusão.

Após a conclusão dos estudos no Industrial, entre os anos de 1966 a 1977, os prontuários analisados não nos dão informações acerca do prosseguimento de estudos, com exceção de 04 (quatro). Da 1ª (primeira) turma de concludentes do curso ginásial (ano de 1966), houve 01 (um) aluno que, entre os documentos do seu prontuário, encontra-se um ofício informando que o mesmo concluiu, no C. C. Carvalho Neto, o curso de Técnico em Contabilidade em 1971.

Outro aluno, concludente de 1968, teve anexado em seu prontuário um processo para retificação do nome de sua genitora, posto que, no referido processo, consta informação de que ele cursou o 1º e 2º ano Científico no Atheneu Sergipense e 3º ano na escola Duque de Caxias (Salvador/BA).

Nesse sentido, entre os documentos que constam no prontuário de 01 (um) concludente do ano letivo de 1973, encontra-se um ofício expedido pelo Centro Educacional Cenecista Ipitanga de Lauro de Freitas/BA, solicitando o Certificado de Conclusão e Histórico Escolar para efeito de registro de diploma de 2º Grau. A solicitação foi atendida em 12/05/1994.

Como um passo importante na investigação, decidimos verificar os efeitos sociais desse processo educativo no tempo, buscando evidências da influência na vida dos simãodienses que protagonizaram a comunidade escolar do Industrial, buscando os reflexos dessa história resgatada pelo Arquivo Escolar na atualidade. Foi tomada como base metodológica a orientação comunicada pela Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde, na Comissão Nacional de Ética e Pesquisa. O documento, denominado “Orientações para procedimentos de pesquisa com qualquer etapa em ambiente virtual” (BRASIL, 2021), seguiu em formato do comunicado SEI/MS – 0019229966, em 24 de fevereiro de 2021, dis-

tribuído à todas as Universidades, Institutos Superiores e conselhos de ética do país. Seguimos também os princípios da LGPD (BRASIL, 2018), para que fosse adequada e elaborada uma sondagem à Rede Social Facebook, onde apenas figuram dados de acesso público, voluntariamente disponibilizados pelos seus titulares, em busca dos perfis atualizados dessa comunidade escolar pesquisada, por meio de coleta quantitativa e despersonalizada.

Desvinculando os indicadores obtidos de toda e qualquer informação sensível ou identificável de seu titular, dos resultados obtidos em pesquisa nas redes sociais digitais, conseguimos informações que possibilitaram a construção de um “painel” da situação profissional dos egressos do Industrial, posterior a sua conclusão. Enfatizamos os seguintes conceitos empregados, na total proteção dos egressos verificados:

[...] Dados pessoais: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável [...], tais como números de documentos, de prontuário, etc. [...] Dados pessoais sensíveis - dados sobre origem racial ou étnica, religião, opinião política, filiação a sindicato ou organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou a vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural (artigo 5º. da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD – no. 13.709, de 14 de agosto de 2018) (BRASIL, 2021, p. 1).

Ao fazer a sondagem, durante alguns dias, na Rede Social Facebook, verificou-se que dos 94 (noventa e quatro) concludentes, foi possível identificar 35 (trinta e cinco) indivíduos em sua atividade social, no que se refere a sua atuação na sociedade, o que corresponde a 38% dos egressos documentados no acervo pesquisado. É possível verificar a distribuição de ocupações levantadas amostralmente no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Tipificação Amostral de Ocupações dos Egressos



Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto (1966-1977)

Das funções com apenas uma ocorrência tivemos: 01 (uma) egressa identificada com os afazeres domésticos (do lar), 01 (uma) escritora cartorial, 01 (um) egresso na construção civil (pedreiro) e 02 (dois) egressos na área de administração sendo 01 (um) gerente administrativo, 01 (um) auxiliar administrativo e, ainda neste grupo, (01) um egresso que se tornou médico cardiologista na capital baiana. Com duas citações temos 02 egressos que exercem a função de motorista e 02 (dois) outros egressos que se tornaram agropecuaristas (atividades agrícolas e pecuaristas). Entre os autônomos, podemos encontrar concludentes do Industrial que se tornaram empresários e comerciantes, dentre eles, deparamo-nos com 03 (três) citações para cada função. Entretanto, há uma diversidade no

ramo empresarial, pois se ocupam com produtos automobilísticos, maquinários e alimentícios. A docência tornou-se o ramo funcional de 06 (seis) egressos, sendo que 01 (uma) egressa da turma de 1972 para além das atividades em regência de classe, tornou-se gestora educacional e proprietária de uma unidade escolar no município de Simão Dias/SE.

A segunda maior ocupação entre os egressos está aquela que foi direcionada para a área jurídica, 01 (um) desembargador, da primeira turma de formandos – 1966 e 01 (uma) defensora pública, entre os egressos da turma de 1968 (ambos se casaram e encontram-se aposentados). Outros 04 (quatro) tornaram-se advogados sendo que 03 (três) deles também exerceram outras funções concomitantes, sendo 01 (um) comerciante, 01 (um) professor no Departamento de Direito da UFS (já falecido) e 01 (um) bancário.

A ocupação profissional de maior índice entre os egressos do Industrial de Simão Dias/SE é o funcionalismo público. No total de 07 (sete) egressos, temos 02 (dois) na esfera municipal e 05 (cinco) na esfera estadual; entre estes temos 01 (um) egresso da turma de 1968, irmão da defensora pública citada anteriormente, que foi funcionário da EMDA-GRO, hoje falecido.

É interessante observar que, apesar de não ser o exercício profissional principal, alguns egressos do Industrial também exerceram funções provenientes de mandatos eletivos nos poderes executivo e legislativo municipais, sendo assim temos prefeitos e vereadores das cidades circunvizinhas de Simão Dias/SE, provenientes dos bancos escolares do Ginásio Industrial dos quais atuaram e atuam ainda em câmaras municipais e prefeituras.

A análise do Gráfico 6 denota um ponto positivo que diferencia o nível profissional dos egressos em relação às atividades laboratoriais dos seus pais. Quando tratamos desse tema na seção “Característicos”,

colocamos que um dos motivos para ingresso dos estudantes no Ginásio/1º Grau era a ascensão social, através da mudança de ofício em relação ao trabalho dos seus genitores. Enquanto que estes em sua maioria eram lavradores ou desempenhavam profissões consideradas próprias das classes populares. Os egressos do Industrial passaram, portanto, a exercer ocupações profissionais da classe média: a docência, o funcionalismo público e outras profissões liberais.

A própria historiografia educacional aponta que o Ensino Secundário era próprio das elites, desde os primeiros tempos com os colégios jesuítas até o desenrolar da República (NUNES, 2000). Neste sentido, houve uma contradição da realidade passada pelos estudantes do Industrial, pois a sua grande maioria era filhos de trabalhadores rurais ou de trabalhadores urbanos com funções ditas populares.

Contudo, por mais que os ex-alunos tenham conseguido o sucesso escolar e posteriormente ocuparam espaços sociais diferentes das gerações anteriores, é necessário entender que eles foram privilegiados porque fizeram parte de uma parcela mínima entre os alunos sergipanos da época, pois foram apoiados por ações organizadas pelo setor privado, em caráter público. Gama e Almeida (2018) identificam que não existia interesse do poder público para oferecer a todos a continuidade dos estudos, como tem sido uma cultura observada nas políticas públicas e até nos pronunciamentos ministeriais, até o momento presente. Felizmente, educadores, intelectuais, membros da sociedade e a universidade têm defendido a educação pública, de qualidade, acessível e inclusiva, estabelecendo contraponto de defesa dos Direitos Humanos em relação às formas excludentes de exercício do poder.

Para efeito de ilustração, ao observamos que entre os 350 (trezentos e cinquenta) prontuários analisados nesta pesquisa, apenas 94 (noventa e quatro) foram de estudantes que alcançaram a conclusão do curso Gi-

nasial/1º Grau. Ou seja, apenas 26 % conseguiram cumprir as exigências legais para a terminação dos estudos. Esta situação, por sua vez, é diferente do quadro brasileiro, apresentado por Clarice Nunes, que identificou uma percentagem de conclusão, a qual permeou bem abaixo do que o Industrial apresentou dentro da nossa amostragem. Segundo a autora “[...], apenas 20%, ou menos, dos estudantes que ingressavam nos cursos secundários conseguiam completar seus estudos, sem retardamento, e sair dos ginásios realizando exames vestibulares com sucesso” (NUNES, 2000, p. 47).

Outro dado que aponta para o sucesso escolar dos ginasianos do Industrial é se compararmos o número de alunos concludentes com os dados do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP). De acordo com este Órgão, a média de brasileiros que possuía a conclusão do curso Ginásial ou de 1º Grau entre as décadas de 1960 e 1970 era de 11 %, sendo 10 % para a primeira e 12 % para a segunda (BRASIL, 1996). Portanto, o ginásio simãodiense esteve 15% a mais da média nacional de concludentes da 1ª fase do Ensino Secundário. Junto a isto, a desqualificação de muitos professores influenciou o processo de ensino-aprendizagem, principalmente no meio rural, onde muitas vezes, os docentes não possuíam formação mínima para o exercício da profissão, em virtude de não terem frequentados os cursos de Escola Normal ou de Magistério de 1º Grau, sendo identificados enquanto professores leigos.

Quanto às questões de pesquisa, o Arquivo Escolar demanda estrita obediência aos padrões éticos, no sentido de não ferir o direito constitucional à privacidade dos egressos. Assim sendo, a presença do profissional da informação à frente dos serviços dessa unidade de informação, vem a ser um importante recurso humano para desenvolvimento da Gestão da Informação e do Conhecimento.

Assim sendo, uma estratégia de valorização da atividade-fim da

educação básica, assim como nos demais níveis, é o fortalecimento das relações entre os participantes e egressos da comunidade escolar, por meio da prospecção do Arquivo Escolar, como dispositivo de memória social. Para tal, fica clara a necessidade da gestão documental, assim como da gestão da informação e do conhecimento, na qual se reflete a necessidade da profissionalização dos quadros da Educação na Ciência da Informação. Esta cria laços, estabelece trajetórias, indica que houve um caminho percorrido. Sobretudo, podemos valorizar por meio da memória os processos educativos e seus efeitos na comunidade, como passos desse caminho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O cotidiano escolar produz uma diversidade de tipologias documentais oriundas de sua atividade-fim, a educação. Ou seja, os documentos são criados a partir das funções educacionais regidas por legislações gerais e específicas. Esses documentos, armazenados em arquivos, devem passar por um processo de organização no qual são realizadas atividades de identificação, classificação e indexação.

Ricos em informações, os documentos educacionais em sua forma primária são detentores de um conhecimento registrado, mas não devidamente explicitado, que permanece de forma tácita à informação documental. Tais informações trazem diversas possibilidades de estudos, transformando-os em documentos de caráter secundário (diferente das funções para os quais foram criados). A partir de análises realizadas no debruçar do pesquisador sobre as informações contidas em tais documentos, são feitas representações e interferências, com classificação e agrupamento de indicadores, cuja sistematização faz com que o conhecimento passe a ser explícito.

Outra característica que esses documentos expressam é a possibilidade de resgatar a memória neles contidos. Isto porque toda informação encontrada em um documento é representativa de uma memória. A ausência da memória ocasiona uma crise de identidade coletiva. Dito de outra forma, a identidade coletiva é garantida com a preservação da memória, assim como a disseminação e acessibilidade dos dispositivos e produtos de sua pesquisa e sistematização. Esta memória é oriunda de uma construção social. As relações estabelecidas entre as instituições de memória e uma dada sociedade se articulam a partir de um elo de pertencimento. Portanto, faz-se necessário compreender os elementos oriundos do passado contido em cada documento para compreender trajetórias e processos sociais de indivíduos e coletividades.

A partir daí, ao elegermos o Arquivo Escolar do “Centro de Excelência Dr. Milton DORTAS”, localizado no município sergipano de Simão Dias/SE, enquanto unidade informacional para esta pesquisa, buscou-se identificar os elementos de uma memória enquanto legitimadora da identidade da comunidade simão-diense. Isto porque a própria unidade escolar é apontada enquanto um patrimônio cultural, uma vez que a sociedade no entorno escolar possui esse elo de pertencimento.

A análise ocorreu dentro do contexto dos primeiros anos de funcionamento quando a unidade de ensino era particular e declarada de utilidade pública, cuja denominação era “Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto”. A importância desta agremiação educacional, porém, foi de influência maior e ultrapassou os limites do município. Ela pode ser entendida quando, constatou-se a diversidade de procedências, oriundos de vários outros municípios sergipanos e baianos. Além disso, através da constatação de que alguns egressos, dos quais foram identificados através das redes sociais digitais, exercendo funções de relevância social em alguns municípios sergipanos, incluindo Simão Dias/SE e baianos.

Cada documento existente nos prontuários foi lido e revisto minuciosamente, com objetivo de identificação das informações documentais e a construção de indicadores visíveis e integrativos no processo de construção de memória social. A partir deles, foi possível reconstruir fatos, acontecimentos e trajetórias da vida escolar de 350 (trezentos e cinquenta) estudantes. Os estudos anteriores, os Exames de Admissão, as aprovações, as reprovações, as transferências e as desistências que permeiam o cotidiano de uma unidade de ensino foram registradas enquanto pinceladas de um passado, haja vista que é no passado que a memória é registrada.

Considerando que a nossa análise recaiu na vida estudantil de

homens e mulheres que tomaram assento nos bancos escolares do Industrial, as informações recolhidas também dão conta de uma rede de agentes que intencionalmente, produziram diversos documentos, fazendo com que houvesse um fortalecimento da unidade de ensino com a sociedade em seu entorno. Ao pegarmos como exemplo um referido aluno que solicitou matrícula no curso ginásial, o mesmo traz consigo documentos provenientes de tabelionato, de posto de saúde, da escola anterior, inclusive imagens (retratos) produzidas por fotógrafo. Tudo isso porque as instituições de memória tratam dos que passaram (os estudantes) e dos que se envolveram (a sociedade).

Diante do exposto, conseguimos concretizar os objetivos propostos. Na busca das representações da memória social contidas em cada documento analisado, extraímos informações que puderam reconstruir a vida de homens e mulheres que realizaram matrícula no Ginásio Industrial. Elencando, explicitando, registrando e relacionando acontecimentos e fatos que delinearam o cotidiano escolar. Sabendo que a própria memória está relacionada com a história, com o passado, e que esta mesma história só se concretiza a partir do olhar do tempo presente, perpetrou a necessidade de considerar a situação social em que se encontravam os egressos. Percebeu-se, assim, uma mudança no status quo dos mesmos, comparados a vida dos seus genitores, ou seja, concebemos a ocorrência de uma ascensão social.

Tudo isso correu para intuímos a potencialidade informacional contida em cada documento por nós explorados. Prevendo assim, uma grande variedade de informações em outros tantos documentos que esperam vir à luz do conhecimento e, conseqüentemente, algumas iniciativas devem ser tomadas.

O primeiro passo neste sentido é a implementação do processo de Gestão Documental (GD) para que possa ser estabelecido o tratamento

da “informação desde o nascimento até o seu destino final” (CALDERON et al. 2004, p. 99), criando assim, entre os servidores da secretaria escolar da unidade de ensino (setor responsável pelo arquivo), uma rotina e uma familiaridade em cada etapa do ciclo documental: produção, utilização, conservação e destinação final. A partir daí, faz-se necessário a elaboração de diversos instrumentais (índices ou catálogos) que venham facilitar o acesso dos usuários às informações documentais para atendimento das suas necessidades informacionais. A ordenação dos documentos e a elaboração de instrumentos para o acesso à informação fundamentam-se como uma das principais atividades a ser desenvolvidas (ARAÚJO et al. 2015). Isso significa que a atividade de gestão desses importantes arquivos deve recorrer aos profissionais especializados, como arquivistas, bibliotecários documentalistas, historiadores e administradores, assim como contar com as mais recentes tecnologias de hardware, software e midiaware.

Nessa perspectiva, deve-se buscar conhecer e adquirir as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC): instrumentos tecnológicos acessíveis economicamente e de qualidade eficaz, para poder proporcionar “a reduzida necessidade de utilização do espaço, a redução dos custos, a capacidade e a agilidade nos procedimentos de busca de dados armazenados” (COLOMBO, 2000, p. 93-94). Como observado no arquivo escolar que sediou essa pesquisa exemplar, assim como é apontado pela literatura especializada, é imprescindível todo um cuidado com a massa documental, no que se refere a organização e o acesso a informação, tal como aponta o arquivista Zaia (2005).

Dado a importância do referido acervo documental e diante dos percalços originários de um processo de deterioração natural e química em um bom percentual dos documentos, chamamos a atenção para uma intervenção geral de recuperação das fontes informacionais para que ou-

tros pesquisadores possam “saborear do néctar” extraído de cada informação documental, a exemplo do que pauta o Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, que regulamenta todo um processo de digitalização de documentos enquanto mecanismo de preservação (BRASIL, 2020).

Outra ação a ser desenvolvida para dar visibilidade ao arquivo, e assim atrair potenciais usuários, é o desenvolvimento de atividades de ação cultural, animação cultural e educacional (ARAÚJO et al. 2015). Sendo o arquivo próprio da escola, seus documentos devem ser utilizados, enquanto fontes de informação e recursos pedagógicos. Além do mais, a realização de exposições de documentos poderá ter efeito positivo, pois ilustra, informa e resgata a própria memória da instituição e da sociedade a qual a unidade de ensino está inserida.

Para a melhor eficácia dessas ações, é imprescindível a presença de um profissional arquivístico, bibliotecário documentalista ou historiador. O mesmo será capaz de desenvolver políticas públicas a serem adotadas dentro dos mecanismos da gestão documental e inclusão das TIC, corroborando assim com um tratamento informacional adequado para com o acervo do Arquivo Escolar do CEDMD. Ainda salientamos, conforme detectado na literatura especializada, que a lacuna nas políticas públicas leva à preservação apenas de documentos considerados probatórios, o que representa prejuízo para o desenvolvimento das ciências sociais aplicadas, especificamente da Educação, devido à falta de dados pesquisáveis para gerar conhecimentos em nível local (BARLETTA, 2011).

Do mesmo modo, poder conhecer outros elementos significativos da memória escolar, fortalecendo o imaginário de identificação da comunidade simãodiense com a unidade educacional, com os seus agentes do passado e do presente, com a sua própria memória. Ou podendo, também, suscitar novas temáticas a serem empreendidas por diversos outros

pesquisadores de diferentes áreas, a depender assim da engenhosidade dos mesmos.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Cristiane de C. Ramos. A função do secretário escolar na contemporaneidade: entre memórias e arquivos escolares. **Linguagem, educação e memória**, Campo Grande, n. 3, dez. 2012. Disponível em: <https://periodico-online.uems.br/index.php/WRLEM/article/view/2084>. Acesso em: 06 jan. 2019
- ALVES, Eva Maria Siqueira. A criação do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense: CEMAS e suas ações. In: ALVES, Eva Maria Siqueira. **Entre papéis e lembranças: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e as contribuições para a História da Educação**. Aracaju: EDISE, 2015. p. 21-39.
- ARAÚJO, Claudialyne da Silva et al. O papel social da Arquivologia: a percepção dos arquivistas na Era da Informação e do Conhecimento. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v. 2, n. 3, p. 53-61, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1790/1698>. Acesso em: 03 ago. 2021
- AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lenikon, 2011.
- BARLETTA, Jacy Machado. Arquivos ou museus? Qual o lugar dos acervos escolares? **Revista Brasileira de História da Educação**, [Rio de Janeiro], n. 10, p. 101-122, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38650>. Acesso em: 28 set. 2021.
- BARLETTA, Jacy Machado. História da Educação – as práticas educacionais e suas fontes. **Cadernos Cedem**, Marília, v. 2 n. 1, p. 60-82, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2236-0247.2011.v2n1.p60-82>. Acesso em: 28 set. 2021.
- BISPO, Alessandra Barbosa. A cultura escolar na Cidade de Menores “Gêtúlio Vargas”. In: ENCONTRO NORDESTINO DE HISTÓRIA, 5., 2004, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2010. Disponível em: <http://eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/pe/anais/encontro5/06-hist-cultural/Artigo%20de%20Alessandra%20Barbosa%20Bispo.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024, de 20 de novembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 dez. 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-norma-pl.html>. Acesso em: 01 dez. 2020.

BRASIL. Lei Geral da Proteção de Dados (LGPD). Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. Política Nacional de Arquivos. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020. Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.278-de-18-de-marco-de-2020-248810105>. Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Educação e Pesquisa. Estatísticas da Educação Básica no Brasil. [Brasília], 1996. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/486988. Acesso em: 14 out. 2021

CALDERON, Wilmar Rodrigues et al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Infor-**

mação, Brasília, DF, v. 33, n. 3, p. 97-104, set./dez., 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652004000300011&script=s-ci_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652004000300011&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 19 jan. 2021

CECHINEL, Andre et al. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar educação – UNESC**, Criciúma, v. 5, n. 1, p. 01-07, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/2446>. Acesso em: 06 jan. 2019

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

COLOMBO, Fausto. Uma memória para a tecnologia. **Sociologia, problemas e práticas**, [Lisboa], n. 32, p. 93-100, 2000. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000100005. Acesso em: 10 mar. 2020.

CONARQ. Portaria nº 123, de 23 de março de 2021. **Diário Oficial da União**, Brasília, edição 79, p. 91, 29 abr. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-123-de-23-de-marco-de-2021-316877653>. Acesso em: 27 jul. 2021.

CORTES, Vanderléa Nóbrega Azevedo. **Estruturação da memória organizacional por meio da gestão do conhecimento**: entre o tácito e o explícito. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12338>. Acesso em: 10 jan. 2020.

FERREIRA, Shirley dos Santos. Arquivos escolares como fonte de pesquisa documental: um olhar sobre o arquivo permanente do IERB. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES INICIANTE DAS HUMANIDADES, 6., 2017, São Cristóvão. **Anais [...]**. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe: Programa de Educação Tutorial, 2017. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/9802>. Acesso em: 14 fev. 2019.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da Cultura escolar: a importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Pro-Posições**, Campinas, v.16, n. 1, p. 87-102, jan./abr. 2005. Dispo-

nível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643756>. Acesso em: 28 set. 2021.

FONSECA, Maria Odila. A Ciência da Informação. In: FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 13-27

FRASSON, Giselle Vanessa. **Sucesso escolar, de quem é o mérito?** 2013. Monografia (Especialização em Educação) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira PR, 2013. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/bitstream/1/21011/2/MD_EDUMTE_II_2012_30.pdf. Acesso em: 30 set. 2021.

FURTADO, Alessandra Cristina. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/19988>. Acesso em: 06 jan. 2019.

GAMA, Marta Maria; ALMEIDA, Laura Isabel Marques V. de. Os exames de Admissão da década de 1931 a 1971. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO, 16., 2018, Boa Vista. **Anais [...]**. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2018. Disponível em: <https://xviseminariotematico.paginas.ufsc.br/comunicacoes-cientificas-do-dia-1104/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

GARCIA JUNIOR, Emilson Ferreira; MEDEIROS, Shara; AUGUSTA, Camila. Análise documental: uma metodologia da pesquisa para a Ciência da Informação. **Temática**, [João Pessoa], ano 13, n.7, p. 138-150, jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/35383/18042>. Acesso em: 06 jan. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (coord.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GINÁSIO Industrial Dr. Carvalho Neto. Simão Dias, [196-]. Disponível em: <https://en-gb.facebook.com/pg/historiadesimaodias/photos/>. Acesso em: 21 jan. 2021.

GONÇALVES, Nadia G. A organização de arquivos históricos escolares: contribuições para uma discussão necessária. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO LATINO-AMERICANA, 11., 2009, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. Disponível em: <https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Organiza%C3%A7%C3%A3o-de-Arquivos-Hist%C3%B3ricos-Escolares.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2019.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. **Pés-de-Anjo e Letreiros de Neon**: ginásianos na Aracaju dos anos dourados. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira; São Cristóvão: Editora da UFS, 2002.

HOFFMANN, Cleverton; SILVA, Sergio Bezerra da; ZOTTI, Solange Aparecida. Preservação e organização do arquivo da Escola de Educação Básica Doutor Hermann Blumenau. In: MOSTRA NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INTERDISCIPLINAR, 7., 2014, Araquari. **Anais** [...]. Araquari: Instituto Federal Catarinense, 2014. Disponível em: <https://ifc.edu.br/event/vii-mostra-nacional-de-iniciacao-cientifica-e-tecnologica-interdisciplinar-micti/>. Acesso em: 06 jan. 2019.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 4, 2015. Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: UNIT, 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252>. Acesso em: 06 jan. 2019.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 423-484.

LIVRO de atas dos Exames de Admissão (1963-1976). Localização: Simão Dias. Arquivo Escolar do Centro de Excelência Dr. Milton Dor-
tas. Fundo: CEDMD. Série: Secretaria. Subsérie: Exames de Admis-
são.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**, [São Paulo], v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em 26 set. 2021.

OLIVA, Terezinha Alves de. Patrimônio documental e História: a importância dos arquivos escolares. In: ALVES, Eva Maria Siqueira. **Entre papéis e lembranças: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e as contribuições para a História da Educação**. Aracaju: EDISE, 2015. p. 41-50.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311-328, mar. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3302>. Acesso em: 06 jan. 2019.

OLIVEIRA, Roselucia Teresa de Moraes. O Grupo Escolar Fausto Cardoso nas escritas dos seus alunos: vestígios da “cultura escolar” no jornal estudantil “o ideal” (1942). In: CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA; ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 5., 2016, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju, 2016. p. 1-13. Disponível em: http://www.encontro2016.se.anpuh.org/resources/anais/53/1486582421_ARQUIVO_trabalhosimposioanpuh2016.pdf.

Acesso em: 19 dez. 2020.

ORSO, Paulino José. História, instituições, arquivos e fontes na pesquisa e na História da Educação. In: SILVA, João Carlos da; ORSO, Paulino José; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (orgs.). **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Editora Alínea, 2013. p. 33-48.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**, [Rio de Janeiro], n. 14, p. 35-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pY5CvzLSCLPRNy7XpZ7x6WR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2021.

PINHEIRO, Alejandro de Campos. A gestão de documentos arquivísticos do Colégio Promove do município de Belo Horizonte: estudo de caso. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 323-337, abr./jul., 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1066>. Acesso em: 06 jan. 2019.

PRONTUÁRIOS de ex-alunos do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto (1963-1977). Localização: Simão Dias. Arquivo Escolar do Centro de Excelência Dr. Milton Dortas. Fundo: CEDMD. Série: Secretaria. Subsérie: Ex-alunos.

QUEIRÓS, Vanessa. A Lei nº 5692/71 e o Ensino de 1º Grau: concepções e representações. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUC/PR, 2013. p. 21026-21043. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8356_5796.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano; TANNO, Janete Leiko. Patrimônio documental, arquivos escolares e memórias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMÓRIA, 8., 2016, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 2016. Disponível em: <https://www.cmu.unicamp.br/viiiiseminario/wp-content/uploads/2017/05/Patrim%-%>

C3%B4nio-documental-arquivos-escolares-e-mem%C3%B3rias-VANESSA-C.-M.-RUCKSTADTER-JANETE-LEIKO-TANNO.pdf.

Acesso em: 06 jan. 2019.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia da pesquisa**. 5 ed. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTANA, Sayonara Rodrigues do Nascimento. **Por entre as memórias de uma instituição**: o arquivo e as práticas administrativas do Atheneu Sergipense (1870-1926). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4682>. Acesso em: 22 set. 2021.

SANTOS, Betisabel Vilar de Jesus. **Luzes e blecautes em cidades adormecidas**: a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em cenário educacional sergipano (1953-1967). São Cristóvão, SE: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2003a.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A construção social da memória. In: SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003b. p. 33-92.

SAVIANI, Dermeval. Instituições de memória e organização de acervos para a história das instituições escolares. In: SILVA, João Carlos da; ORSO, Paulino José; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (orgs.). **História da Educação**: arquivos, instituições escolares e memória histórica. Campinas: Editora Alínea, 2013. p. 13-31.

SILVA, João Carlos da et al. Instituições escolares: memória, fontes e arquivos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 64, p. 159-169, set. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641934>. Acesso em: 23 mar. 2020.

SILVA JUNIOR, Josemar Elias da; OLIVEIRA, Ana Lucia Tavares de. Patrimônio cultural, identidade e memória social: suas interfaces com a sociedade. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 5, n. 1, p. 03-10, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/3775>. Acesso em: 06 jan. 2019.

SOUZA, Dalva Inês de et al. **Manual de orientações para projetos de pesquisa**. Novo Hamburgo: FESLSVC, 2013.

SOUZA, Vania Batista de. **Carvalho Déda e o jornal “A Semana”**: visibilidade da educação (1946-1969). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4806>. Acesso em: 14 jun. 2019.

TAVARES, Derek Warwick da Silva; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Dispositivos de informação: arquivos, memórias e informação. **Transformação**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 73-80, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7824>. Acesso em: 24 nov. 2019.

VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, Andre Luiz. Arquivos e educação: prática de arquivamento e memória. **Revista de Educação Pública**, [Cuiabá], v. 29, p. 1-17, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/9329>. Acesso em 28 set. 2021.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. Instituições escolares: memória, fontes, arquivos e novas tecnologias. In: SILVA, João Carlos da; ORSO, Paulino José; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (orgs.). **História da Educação**: arquivos, instituições escolares e memória histórica. Campinas: Editora Alínea, 2013. p. 65-78.

ZAIA, Iomar Barbosa. O lugar do arquivo permanente dentro de um centro de memória escolar. **Revista Brasileira de História da Edu-**

cação, [Rio de Janeiro], n. 10, p. 153-174, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38650>. Acesso em: 28 set. 2021.